



nos*i*

we believe in...

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS | 2021

Índice

PARTE I - RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
1. Mensagem do Conselho de Administração	5
2. NOSi hoje: Modelo Empresarial, Objetivo e Estratégias	8
2.1 Missão e Visão	8
2.2 Estrutura de capital	8
2.3 Modelo de governo e remunerações	8
2.4 Modelo organizacional	9
2.5 Organograma funcional	10
2.6 Objetivo e linhas de orientação estratégica	11
3. Principais Acontecimentos e Atividades do Ano	12
3.1 Acontecimentos em destaque	12
3.2 Pilar autenticação e identificação digital	13
3.3 Pilar interoperabilidade entre sistemas	14
3.4 Pilar inovação disruptiva nos processos, produtos e serviços	15
4. NOSi em números	17
4.1 Indicadores de desempenho operacional e financeiro	17
4.2 Rácios de gestão	18
4.3 Serviço ao cliente (NOSiTSM)	18
4.4 Batalhar pelo talento	19
4.4.1 NOSiAkademia	19
4.4.3 WebLab	19
5. Balanço Social Capital Humano	20
5.1 Indicadores de síntese – caracterização do universo laboral	20
5.2 Distribuição por Vínculo Laboral	20
5.3 Distribuição por Antiguidade	21
5.4 Distribuição por género	21
5.5 Qualificações profissionais	22
5.6 Distribuição por estrutura orgânica	23

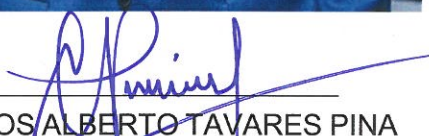
5.7	Atividade formativa	23
5.8	Horário de trabalho	24
5.9	Mobilidade do universo laboral	25
5.10	Qualidade e condições de trabalho	26
5.10.1	Higiene Segurança no Trabalho	26
5.10.2	Medicina do Trabalho	26
5.11	Valor organizacional e cultural	28
5.11.1	Retiro Profissional	28
5.11.2	Jantar de Natal	34
6.	Divulgação de informações complementares	41
7.	Agradecimentos	41
8.	Proposta de aplicação de resultados	41
PARTE II - CONTAS 2021 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		43
	Balanço	43
	Demonstração de resultados por natureza	44
	Demonstração de fluxo de caixa	45
	Demonstração de alteração de capital próprio	46
PARTE III - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020		47
	Identificação da entidade	47
	Nota 0 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	47
	Nota 1 – Resumo das principais políticas contabilísticas adotadas	48
	Nota 2 – Fluxos de caixa	54
	Nota 3 – Ativos fixos tangíveis	55
	Nota 4 – Ativos intangíveis	56
	Nota 5 – Clientes	57
	Nota 6 – Estado e outros entes públicos	59
	Nota 7 – Diferimentos	61
	Nota 8 – Outras contas a receber	61
	Nota 9 – Caixa e depósitos bancários	62

Nota 10 – Capital próprio	62
Nota 11 – Financiamentos obtidos	63
Nota 12 – Fornecedores	64
Nota 13 – Outras contas a pagar	65
Nota 14 – Diferimentos	65
Nota 15 – Vendas e prestações de serviços	66
Nota 16 – Subsídios á exploração	69
Nota 17 – Fornecimentos e serviços externos	70
Nota 18 – Gastos com pessoal	72
Nota 19 – Outros rendimentos e ganhos	72
Nota 20 – Outros gastos e perdas	73
Nota 21 – Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	73
Nota 22 – Juros e perdas similares suportados	73
Nota 23 - Garantias	73
Nota 24 - Partes relacionadas	74
Nota 25 – Responsabilidades e compromissos financeiros não incluídos no balanço	74
Nota 26 – Divulgações exigidas por diplomas legais	75
Nota 27 - Outras informações sobre a aplicação do regime do acréscimo	75
Nota 28 – Eventos subsequentes	75
PARTE IV - PARECERES ÀS CONTAS	77

PARTE I - RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Mensagem do Conselho de Administração




CARLOS ALBERTO TAVARES PINA
(Presidente e CEO)

Em 2021 continuámos a viver tempos de mudança provocada pela crise pandémica com impacto nunca antes visto no plano sanitário, social e económico, impondo novas formas de nos relacionarmos e a novos métodos de trabalho para responder a novas necessidades. Mas, todas as crises trazem também oportunidades. Se antes tínhamos ainda um longo caminho a percorrer na digitalização, a pandemia do covid-19 e o consequente confinamento e adoção da prática de teletrabalho obrigaram a maioria dos negócios a terem de se adaptar rapidamente, reformulando o

modelo das infraestruturas tecnológicas e organizacionais para uma evolução rápida e contínua de cada vez mais *workload* para a *cloud*, tornando as soluções de cibersegurança um imperativo para acompanhar a transição digital e as consequentes ameaças cibernéticas.

Na prossecução da sua atividade, o NOSi como instituição de referência no sector digital em Cabo Verde, tem vindo a adotar um conjunto de medidas, tanto a nível da estratégia e estrutura organizativa para reposicionamento no novo ecossistema digital nacional, como do modelo operacional em consolidação, dando lugar a uma estrutura empresarial mais eficiente e eficaz, em consonância com as melhores práticas do sector e os desafios de transição digital do país.

Foi o segundo ano de implementação do Plano de Ação Global Estratégico para horizonte 2019 - 2022 (PAGE), em linha com os compromissos assumidos junto do acionista único Estado e com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) que projeta “Cabo Verde país plataforma: *hub* tecnológico e da inovação no atlântico médio”.

Dos objetivos estabelecidos nos três pilares de atuação do PAGE: (i) Autenticação e Identificação Digital; (ii)

Interoperabilidade entre Sistemas e (iii) Inovação Disruptiva nos Processos, Produtos e Serviços, assumiu particular destaque em 2021 o cumprimento quase integral das metas previstas nos pilares (i) e (ii), e ainda a consolidação tecnológica, com sucesso, das soluções de cibersegurança governamental que garantem que as operações na Rede Tecnológica Privativa do Estado (RTPE) decorram em segurança e *compliance*, sem limitar o desempenho dos milhares de colaboradores da administração pública – no território e no exterior –, bem como, dos cidadãos e das empresas na sua relação com o Estado, disponibilizando as ferramentas adequadas para o acesso aos sistemas e aos dados, como previsto no plano de recuperação do ciberataque ocorrido em de novembro de 2020 e na estratégia de modernização da *cloud* governamental.

O reembolso financeiro esperado em 2021 para compensação dos significativos investimentos feitos pelo NOSi em projetos prioritários e urgentes para consolidar a governação digital e acelerar a economia digital no país, inscritos no pacote de financiamento do Banco Mundial no âmbito do Programa Digital Cabo Verde, infelizmente não se verificou, situação que tem causado enormes restrições na gestão de tesouraria e do fundo de maneiio da empresa, com impacto negativo no normal funcionamento das atividades.

Mas, apesar desta forte restrição imposta pelo atraso no processo de reembolso no âmbito do financiamento do pacote Banco Mundial – Programa Digital Cabo Verde, a reorientação da empresa para as atividades core de governação digital e simplificação na estrutura organizacional iniciada em 2020, ainda a decorrer, tiveram impacto positivo na agilidade e eficácia operacional, permitindo melhorar significativamente os indicadores de prazo médio de pagamentos (PMP) e prazo médio de recebimentos (PMR), que para além de níveis elevados, vinham com uma forte tendência de crescimento ao longo dos últimos anos.

Relativamente ao PMR, inverteu-se essa tendência de crescimento com uma redução de 15% face ao ano anterior devido às novas práticas na política de crédito, no reforço da confiança e na melhoria significativa do serviço ao cliente. A redução do PMP em 16% face ao ano anterior demonstra, a eficácia dos ajustamentos na estrutura interna de gestão e na eficiência do novo modelo de relação estabelecido com os fornecedores de serviços correntes, que permitiu não só pagamento de faturas destes fornecedores em tempo útil, como melhorou a confiança e os SLAs de entregas contratualizados.

No exercício anterior, fez-se anulação de alguns saldos a receber de clientes, bem como, constituição de imparidade acrescidas de outras regularizações

efetuadas, ainda assim em 2021 a situação patrimonial líquida da empresa continua positiva, num montante de mCVE 236 994. Sem prejuízo do imperativo cumprimento das metas constantes no plano de atividade da empresa que visam melhorar o resultado líquido do próximo exercício, em termos dos rácios de estrutura financeira que carecem de melhoria de performance, nomeadamente, o grau de autonomia financeira de 22%, sugere claramente a necessidade de medidas estruturais de reforço da capitalização da empresa para melhorar de forma sustentável este rácio. A média do valor do ativo da empresa no conjunto dos últimos três exercícios, atinge os mCVE 1 100 000, mas sempre com uma forte dependência de terceiros.

A solvabilidade situou-se em 0.28, facto que indicia algum desequilíbrio económico-financeiro que urge corrigir. A liquidez geral da empresa foi de 1.47, um rácio ligeiramente superior ao exercício anterior, com um acréscimo de 1,3%, o que demonstra a manutenção da confiança da empresa junto dos credores.

Não obstante este contexto altamente desafiante, manteremos a execução da estratégia delineada, acreditando nas capacidades das nossas equipas para superar os desafios que teremos pela frente. O ano foi marcado, decisivamente,

com um novo paradigma de relações entre o NOSi e as Câmaras Municipais do país, pois o contrato de prestação de serviços e-Gov (re)negociado e assinado com a Câmara Municipal de São Miguel em novembro de 2021, clarifica os termos de parceria, cria e garante as condições para acelerar o processo de transição digital nesse concelho e recuperação de dívidas desde 2016, perspetivando o mesmo para os demais 21 (vinte e um) municípios do país.

A nível da reorientação da presença internacional do NOSi, regista-se bons resultados em São Tomé e Príncipe e perspetiva-se reforço da presença do NOSi em outros países africanos de língua oficial portuguesa e entrada em países da região da CEDEAO, contribuindo deste modo, para melhorar o resultado líquido da empresa e garantir a sua competitividade e sustentabilidade económico-financeira a longo prazo.

Por isso, mesmo cientes dos grandes desafios que teremos pela frente, podemos afirmar que o NOSi tem hoje condições para reforçar a sua missão e desígnio estratégico na transformação tecnológica do sector público cabo-verdiano, permitindo preservar e reforçar o seu papel como um ator de relevo na transição digital do país.

2. NOSi hoje: Modelo Empresarial, Objetivo e Estratégias

2.1 Missão e Visão

Missão

NOSi, EPE tem por missão, liderar a transformação tecnológica no setor público cabo-verdiano para melhorar a vida dos cidadãos e promover colaborações inovadoras entre as empresas.

Visão

NOSi, EPE propõe ser um agente determinante da era do *Fast IT* em Cabo Verde, aproveitando as melhores soluções tecnológicas e colocá-las em prol de um serviço público mais responsivo e inclusivo.

2.2 Estrutura de capital

O Capital social do NOSi, de mCEV 50 000, integralmente detido pelo estado de Cabo Verde, é representado por 50 000 ações de valor nominal de mCVE 1 cada.

2.3 Modelo de governo e remunerações

O modelo de Governo do NOSi baseia-se na orientação estatutária constante no Decreto-Lei nº 13/2014, de 25 de fevereiro que cria o NOSI, E.P.E., composto pelos seguintes Órgãos Sociais:

Conselho de Administração

Presidente

Carlos Alberto Tavares De Pina

Administradores Executivos

Mayra Suely Santos Silva

Lumumba Fernandes Barbosa

Fiscalização

Fiscal Único – Efetivo

Líver Canuto

Mesa da Assembleia Geral

Presidente

Leonilde Tatiana Santos

2.4 Modelo organizacional

O NOSi estrutura-se em Direções Funcionais e Áreas de Projetos num modelo de gestão matricial sob três pelouros. As estruturas orgânicas são flexíveis e orientadas a projetos e dotadas de um conjunto de competências e atribuições.

As funções e atribuições na estrutura organizacional, são:

- Diretor / Project Management Officer
- Product Manager (função de Assessoria Técnica ao CA)
- Project Manager
- Chefe Divisão / Team Leader
- Team Member

O Pelouro Arquitetura e Interoperabilidade subdivide-se em duas áreas estratégicas:

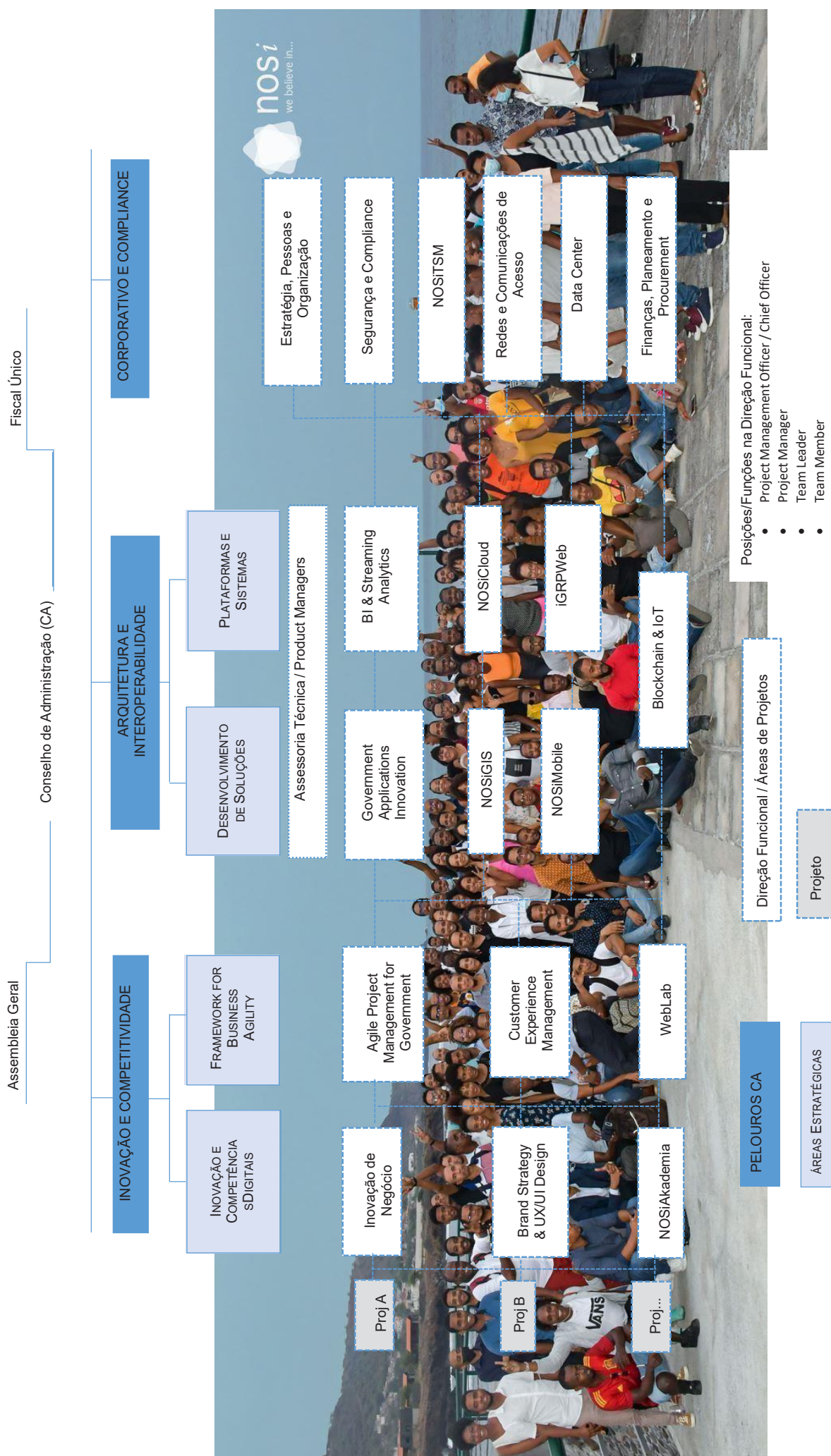
- Desenvolvimento de Soluções
- Plataformas e Sistemas

O Pelouro Inovação e Competitividade subdivide-se em duas áreas estratégicas:

- Inovação e Competências Digitais
- Framework for Business Agility

Na dependência direta do Conselho de Administração fica a Direção de Estratégia, Pessoas e Organização (EPO) e todas as Áreas de Projetos que não estejam integradas em Direções Funcionais

2.5 Organograma funcional



2.6 Objetivo e linhas de orientação estratégica

Reposicionamento estratégico da empresa no novo ecossistema digital do país, em linha com objetivo preconizado no Programa do Governo dependerá da consolidação do e-Gov, através dos três pilares de atuação – segundo três eixos estratégicos. Os três eixos estratégicos subdividem-se em seis temas de intervenção orientados aos três pilares, que materializa a nova arquitetura que suporta a governação digital do país, conforme a figura abaixo.



3. Principais Acontecimentos e Atividades do Ano

3.1 Acontecimentos em destaque

- Ministério das Finanças e o NOSi assinaram no dia **03 de dezembro**, a renovação e atualização do Protocolo de Prestação de Serviços, que tinha sido celebrado em 2018, no qual se estabeleceu um novo regime de prestação de serviços aplicável às relações entre as partes, abrangendo as entidades da Administração Direta do Estado. Protocolo atualizado dota a empresa de maior previsibilidade operacional, melhorando a sua capacidade de resposta aos desafios que lhe vão sendo colocadas por novas e importantes exigências da transição digital do país, quer no âmbito da cibersegurança nacional, quer domínio do novo modelo de framework de desenvolvimento e da arquitetura de interoperabilidade nacional, que visam garantir a agilidade e eficácia das soluções de governação digital, e simultaneamente, promover o sector privado TIC nacional.
- NOSi e CMSM assinam contrato de prestação de serviço e-Gov no dia **04 de novembro**. Tratou-se de um passo e marco importante nas relações entre o NOSi e as Câmaras Municipais do país, pois clarifica os termos de parceria, cria e garante as condições para acelerar o processo de transição digital, que se prevê vir acontecer com os demais 21 (vinte e um) municípios do país.
- S.E. Sr. Presidente da República de Cabo Verde, Jorge Carlos de Almeida Fonseca, efetuou no dia **11 de outubro**, uma visita de cortesia ao Núcleo Operacional da Sociedade de Informação – NOSi-EPE, e ao Parque Tecnológico de Cabo Verde. Foi recebido pelo Vice-Primeiro Ministro, Olavo Correia e pelos membros dos Conselhos de Administração do NOSi-EPE e do TechPark, liderado pelos seus respetivos presidentes. Durante esta visita, o Presidente da República teve a oportunidade de assistir à apresentação sobre “Estado da Arte da Cibersegurança em Cabo Verde”, efetuar visita guiada ao Parque Tecnológico, e participar do momento de gratulação, proporcionado pelo NOSi em sua homenagem.
- No quadro das medidas prioritárias do Governo para acelerar a transição digital do país, o NOSi tem desenvolvido soluções que facilitem a identificação e autenticação digital, para que os cidadãos tenham acesso a um vasto portfólio de serviços da administração pública de forma segura e eficiente. Assente nessas prioridades e no Decreto-legislativo n.º 5/2020, de 21 de julho, que cria a Chave Móvel Digital de Cabo Verde (CMDCV) como instrumento alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais públicos e como meio de assinatura eletrónica qualificada, e tendo em perspetiva o lançamento da

solução CMDCV, o NOSi promoveu no dia **17 de setembro**, um encontro entre os parceiros de implementação do projeto CMDCV e parceiros estratégicos - públicos e privados, para socialização e recolha de subsídios visando acelerar a operacionalização eficaz do projeto. O encontro decorreu na plataforma online e contou com forte presença e participação dos representantes da Banca, das Operadoras de Telecomunicações, das seguradoras, das Embaixadas, e ainda de diversas entidades Públicas e Privadas.

- No dia **02 de agosto**, numa Cerimónia presidida por S.E. Sr. Primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva fez-se o lançamento público da plataforma “Nha Card” – certificado digital de Cabo Verde – (<https://nhacard.gov.cv/>). “Nha Card” é a plataforma que veio garantir a desmaterialização e disponibilização de forma segura e eficiente dos certificados de vacinação, testes e de recuperação da covid-19.
- NOSi recebeu no dia **09 de julho**, a visita de S.E. Sr. Presidente da Guiné-Bissau, Umaro Sissoco Embaló, e comitiva, que se encontrava em Cabo Verde para uma visita oficial. Foi um momento de partilha, tendo em perspetiva o reforço e alargamento de parcerias existentes entre os nossos países no domínio do digital.
- NOSi recebeu no dia **27 de maio**, a visita de S.E. Sr. Presidente do Governo da Região Autónoma do Príncipe, Filipe de Nascimento, e comitiva, no âmbito da missão oficial de Serviço que a efetuou ao nosso país. Entre o Governo de Cabo Verde/NOSi e Região Autónoma do Príncipe, ficou assente total abertura e disponibilidade para cooperar e estabelecer parcerias profícuas nos domínios da Governação digital.

Os três pilares de atuação definidos no Plano de Ação Global Estratégico do NOSi para o triénio 2019-2022, continuaram a nortear as atividades em 2021.

3.2 Pilar autenticação e identificação digital

Autenticação e identificação eletrónica constitui um dos pilares do PAGE. Isto, para acelerar a transição digital e ajudar o país a ser mais competitivo, garantindo e promovendo a identificação digital numa abordagem self-service para que os cidadãos e empresas acedam e forneçam serviços de forma livre, segura e transparente.

- Após um processo complexo, que teve que se cumprir rigorosos requisitos, forte investimento na capacidade técnica e humana, a credenciação da **NOSiCA - entidade certificadora** foi um marco importante para NOSi, que passou a emitir, distribuir, renovar

e revogar certificados digitais de segundo nível na hierarquia da Infraestrutura de Chaves Públicas de Cabo Verde e a prestar serviços de assinatura eletrónica às pessoas físicas e coletivas.

- Conclusão dos desenvolvimento e melhorias no **Sistema Nacional de Identificação e Autenticação Civil (SNIAC)** para adequar e agilizar a emissão do Passaporte Eletrónico Cabo-Verdiano (PEC), o Cartão Nacional de Identidade (CNI) e o Título de Residência para Estrangeiros (TRE).
- Concluiu-se a reformulação da plataforma **AUTENTIKA** enquanto plataforma de gestão de Identidade Eletrónica, Autenticação e Assinatura Digital do Estado de Cabo Verde que garanta e facilita a identificação digital segura e confiável entre os cidadãos e os provedores de serviços online (públicos e privados).
- Conclusão da operacionalização do **Middleware de Cabo Verde** e criando condições tecnológicas para ativação das funções digitais CNI e TRE, em articulação com demais entidades do processo.
- Entrega em ambiente de teste a plataforma **Chave Móvel Digital de Cabo Verde (CMDCV)** como plataforma que garante Autenticação Única e Assinatura Digital, através do Cartão Nacional de Identificação (CNI) ou Título de Residência do Estrangeiro (TRE).

3.3 Pilar interoperabilidade entre sistemas

- Concluída a reestruturação do **framework iGRPWeb** (*Integrated Government Resource Planning*) disponibilizado num modelo de negócio **open source** e gratuito. Várias estruturas IT públicas e privadas (startups) já estão a utilizar. Continua aposta na promoção e divulgação, para criação de uma grande comunidade iGRPWeb.
- Parceria estratégica com WSO2 nos domínios de *API Management*, *Enterprise Integrator* e *Identity Service Management*, com melhorarias significativas na performance, segurança e agilidade da **plataforma PDEX** (Platform for Data Exchange).
- Conceção da nova **plataforma Cloud Governamental** baseada na tecnologia **Blockchain** no quadro do desenvolvimento do certificado digital de Cabo Verde “Nha Card”.

- Reestruturação e redimensionamento das infraestruturas do **novo sistema de Backups** e recuperação.
- Consolidação da nova **Arquitetura Firewall** e da implementação de soluções **End Point Security**.
- Arranque da implementação da componente **facilities** para operacionalização do **Data Center 3 (Disaster Recovery)** em São Vicente e upgrade do Data Center 1 da Praia.

3.4 Pilar inovação disruptiva nos processos, produtos e serviços

- Agilidade do NOSi – na **recolha e divulgação dos resultados das eleições legislativas e presidenciais** de abril e outubro, respetivamente –, reconhecido nacional e internacionalmente, deveu-se à inovação tecnológica introduzida, que é uma constante no NOSi, mas deveu-se, sobretudo, à inovação disruptiva nos processos de recolha de dados.
- Aprovação do **Guide NOSi sob o lema “O caminho para mais e melhores projetos”** elaborado pela Direção de *Agile Project Management for Government (APMG)*, que normaliza internamente conceitos e práticas Agile, servindo de referência à gestão de projetos e portfólio de projetos do NOSi.
- Cumprindo a nossa missão liderar a transformação digital no sector público cabo-verdiano, contribuir para o bem-estar dos cidadãos e ajudar o país no processo de reabertura social e económica desenvolveu-se a plataforma **Certificado Digital de Cabo Verde interoperável reconhecido pela União Europeia**, baseada na tecnologia blockchain com informações sobre a vacinação, resultado de testes ou recuperação do titular, para apoiar o país no processo de desconfinamento, reabertura do sector do turismo e retoma da economia.
- Qualificar o **Portal Consular de Cabo Verde** através várias ações desenvolvidas no âmbito do projeto e-Embassy em estreita parceria com a Unidade de Missão para Diáspora Digital (Embaixada de Cabo Verde em Portugal), incrementando melhorias significativas na qualidade dos serviços prestados pelas missões diplomáticas e consulados de Cabo Verde no mundo.

- Através da **NOSiAkademia** continuamos a apostar fortemente no talento como o maior desafio ao crescimento económico e ao desenvolvimento do país, no médio e longo prazo. Para além do eixo core Estágio Profissional e valência Certificação, a valência Pré-incubadora TICSeed, iniciada em 2020, que visa estimular e apoiar alumni da NOSiAkademia que estejam na situação de desemprego, para empreendedorismo TIC, continuou em 2021. Também do Programa Bolsa Cabo Verde Digital promovido pelo Fundo de Promoção de Emprego e Formação (FPEF) recebemos, orientamos e apoiamos promotores e os respetivos projetos de base tecnológica, disponibilizando recursos e competências para materialização das suas ideias de negócio.
- **WebLab** continua a ser imprescindível na inclusão e literacia digital e na criação e promoção de competências digitais do futuro, através de 44 laboratórios altamente equipados, distribuídos em todas as ilhas e nos 22 concelhos do país, e por esta via, estão inseridos no mercado trabalho 43 jovens monitores, foram capacitados mais de um milhar de professores e beneficiados mais 16000 alunos (crianças e jovens). Em 2021, mantiveram-se as ações de estímulo à inovação educativa através do Programa WebLab com enfoque particular na literacia digital através da educação não formal TIC para jovens que estão fora do sistema de ensino. Ao nível da promoção e disseminação social do Programa WebLab, a equipa participou em várias atividades públicas.
- Consolidação do modelo de gestão matricial orientado a projetos e implementação da estrutura de contabilidade analítica por centros de custos. Em curso a materialização deste modelo de imputação de custos a projetos através das plataformas ERP e de gestão de projetos – **Sistema Integrado de Gestão Orientada a Projetos (SIGOP)** –, flexíveis e *open source*, por forma a monitorizar, avaliar e determinar *on time* o custo de cada projeto desenvolvido.

4. NOSi em números

4.1 Indicadores de desempenho operacional e financeiro

	Var (%) 2021	2021	2020	2019
PROVEITOS E GANHOS	5,9%	707 724	668 603	740 282
Volume de Negócios	-0,3%	461 124	462 310	528 451
<i>Housing</i>	4,8%	15 906	15 179	19 473
<i>IaaS</i>	49,1%	51 590	34 594	39 796
<i>PaaS</i>	0,6%	5 873	5 840	4 927
<i>SaaS</i>	16,3%	13 030	11 205	11 298
<i>Bundled</i>	20,6%	32 947	27 323	26 907
<i>Consultorias</i>	-68,1%	12 932	40 586	55 092
<i>Desenvolvimento Software</i>	80,3%	37 292	20 678	4 397
<i>Manutenção de Aplicação</i>	0,0%	208		3 524
<i>Manutenção de Licenças</i>	0,0%			1 435
<i>Aluguer de Equipamentos</i>	-4,3%	1 249	1 305	4 198
<i>Serviços Protocolados c/Estado</i>	0,0%	260 964	260 965	260 965
<i>Lançamento de fibra ótica</i>	-100,0%		25 837	-
<i>Conetividade RTPE</i>	10,8%	11 540	10 411	10 408
<i>Outros</i>	109,8%	17 593	8 387	86 031
Subsídios à Exploração	26,2%	231 086	183 093	198 862
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	33,1%	15 514	23 200	12 969
CUSTOS E PERDAS	22,7%	900 527	734 222	707 261
Fornecimentos e Serviços Externos	30,6%	498 125	381 270	402 563
<i>Rendas e Alugueres</i>	-3,9%	119 586	124 411	124 543
<i>Eletricidade</i>	-2,3%	33 303	34 073	40 781
<i>Comunicação</i>	2,0%	113 521	111 298	101 630
<i>Royalties</i>	354,5%	133 201	29 309	70 048
<i>Serviço Especializado</i>	183,5%	54 691	19 294	17 965
<i>Conservação e Reparação</i>	-57,4%	7 288	17 112	14 685
<i>Outros</i>	-20,2%	36 534	45 773	32 911
Gastos com Pessoal	0,8%	333 520	330 804	274 703
Gastos c/Depreciação e Amortização	256,7%	22 335	6 262	11 237
Juros e Encargos Suportados	15,0%	13 815	12 012	11 902
Outros Gastos e Perdas	744,9%	32 732	3 874	6 855
CASH-FLOW OPERACIONAL – EBITDA	230,9%	(156 652)	(47 345)	56 161

4.2 rácios de gestão

	Var (%) 2021	2021	2020	2019
Clientes Geral	-15%	461 971	540 343	532 367
Clientes Internacionais	-15%	69 986	81 954	92 302
PMR	-14%	366	427	375
Fornecedores	10%	498 665	455 298	412 606
PMP	-16%	318	379	325

4.3 Serviço ao cliente (NOSiTSM)

Gestão de Processo Mudança

Nº total de sectores do Estado abrangidos	17
Nº total de ações executadas	106
Nº total de pessoas abrangidas	1 115

Gestão de Operações IT

<i>Average time resolution (day)</i>	1
<i>Resolution in same day</i>	720
<i>Bugs/incidents "Resolvido"</i>	1 086
<i>Bugs/incidents "Por resolver"</i>	33
<i>Total bugs/incidents</i>	1 119

4.4 Batalhar pelo talento

4.4.1 NOSiAkademia

Ações	Resultados			
	Var (%)	2021	2020	2019
Estagiários Programa NOSiAkademia (estágios profissionais e curriculares)	-12%	58	66	128
Estagiários Programa de Estágios Profissionais - PEPIT	-24%	48	63	128
Estagiários do NOSiAkademia com estágio concluído	-33%	68	102	67
Estagiários que participaram nos programas de certificação da Microsoft	-100%	0	46	28
Estagiários que beneficiaram da parceria com a Primavera Academy	0%	2	2	8
Estagiários do NOSiAkademia no mercado de trabalho	-29%	40	56	55
Estagiários contratados pelo NOSi no âmbito do programa NOSiAkademia	-58%	5	12	38
Empresas beneficiadas pela iniciativa JumpStart	-38%	5	8	10
Estagiários JumpStart com estágio concluído	-45%	22	40	6
Estagiários contratados no âmbito do JumpStart	44%	13	9	4
Alumni NOSiAkademia contemplados pela Pré-incubadora TICSeed	0%	10	10	0
Projetos Programa Bolsa Cabo Verde Digital apoiados	-40%	6	10	0
Promotores projetos Programa Bolsa Cabo Verde Digital mentorados	-20%	12	15	0

4.4.2 WebLab

Ações WebLab	Resultados			
	Var (%)	2021	2020	2019
Crianças e jovens no sistema de ensino beneficiados pelo Programa	-48%	3 932	3 793	7 569
Jovens fora do sistema de ensino beneficiados pelo Programa	70%	136	100	80
Ações lúdicas e pedagógicas para tempos livres nas férias – <i>Hitech Summer</i>	60%	528	235	331
Crianças e jovens participantes no Africa <i>Code Challenge</i>	-	270	645	-

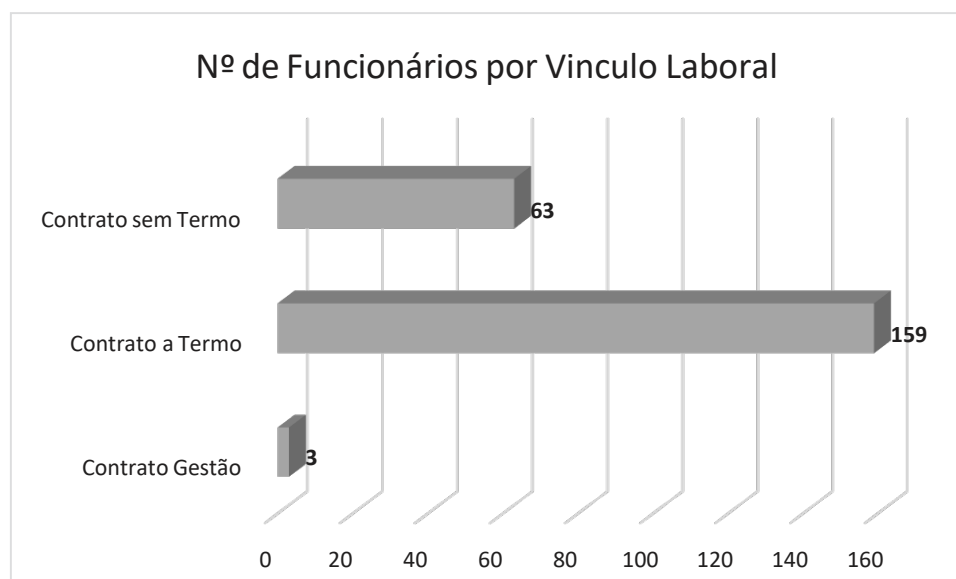
5. Balanço Social | Capital Humano

5.1 Indicadores de síntese – caracterização do universo laboral

	2021	2020
Nível médio etário	35	33
Taxa de feminização	36%	35%
Taxa de Masculinização	64%	65%
Taxa de habilitação superior	67%	68%
Índice de rotatividade anual (<i>turnover</i>)	6%	5%
Nível médio de Antiguidade	6	5
Leque salarial líquido (não inclui remuneração de dirigente)	7	7
Taxa de participação em formação	35%	61%

Em 31 de dezembro de 2021 registou-se um total de 225 colaboradores em efetividade de funções, sendo que cerca de 64% do total são homens e 36% são mulheres. De realçar que a taxa de feminização cresceu 1pp face ao ano de 2020. Ainda à data, registava 9 prestadores de serviço e 57 estagiários.

5.2 Distribuição por Vínculo Laboral

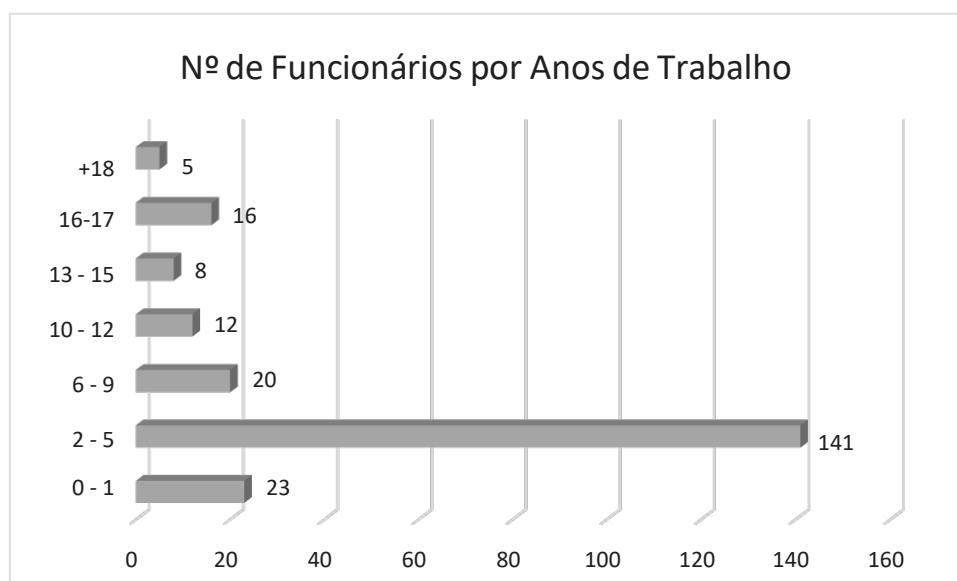


Em termos de distribuição por vínculo, 3 contratos de Gestão em regime de comissão de serviço, 1 órgão social Fiscal Único, 63 colaboradores vinculados ao contrato indeterminado, 159 encontram-se contratados vinculados com contratos determinados, conforme mostra o gráfico acima.

O NOSi implementa programas de políticas de estágios profissionais, priorizando o recrutamento através de absorção de estagiários, com impacto positivo na renovação do seu quadro de pessoal e na produtividade organizacional.

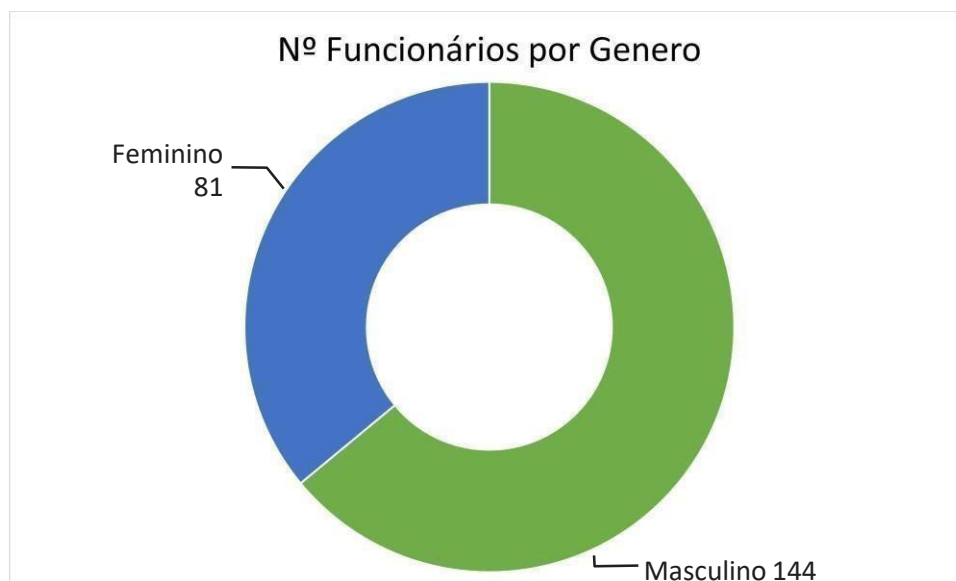
5.3 Distribuição por Antiguidade

A caracterização dos colaboradores em função da antiguidade reflete uma concentração significativa dos colaboradores no intervalo dos 2-5 anos de serviço (141 colaboradores), equivalente a 63 % do total dos colaboradores, que agrupados com o intervalo dos 0-1 anos de serviço (23 trabalhadores) totalizam o peso de 73% do total dos colaboradores contratados. O nível de antiguidade superior a 5 anos traduz-se numa taxa de 28% que corresponde ao total de efetivos.



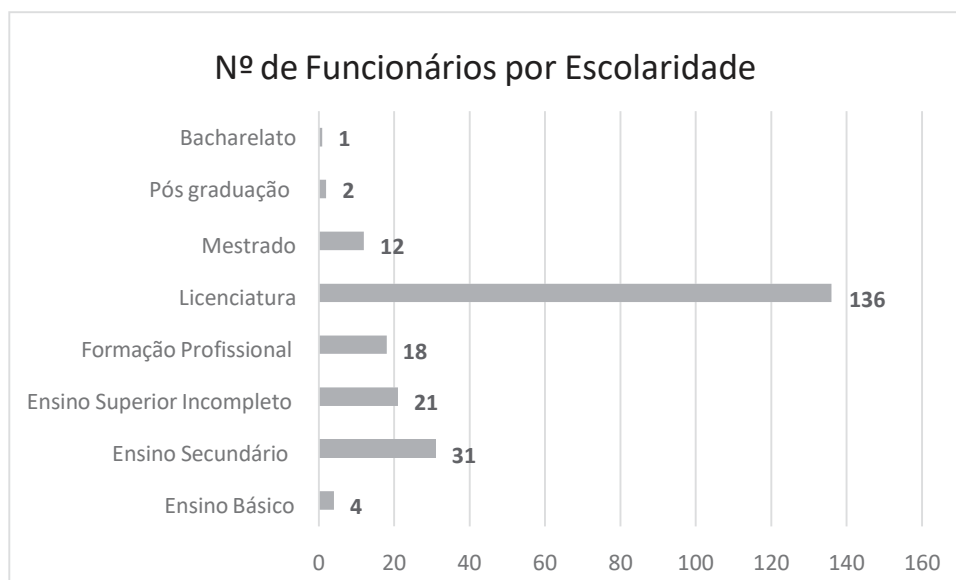
5.4 Distribuição por género

No que respeita ao género e considerando os colaboradores em funções à data a que reporta o Balanço Social, verifica-se a predominância do género masculino, com 144 colaboradores, face aos 81 colaboradores do género feminino, representando 64% e 36%, respetivamente.



5.5 Qualificações profissionais

Constata-se que 67% do total dos colaboradores detêm habilitação académica superior (bacharelato, licenciatura, mestrado). O grupo habilitacional com licenciatura continua, em 2021, a ser o mais representativo, um total de 136 colaboradores a 31 de dezembro.



Em termos globais, cerca de 9% de colaboradores tem por concluir o ensino superior, faltando o trabalho final / monografia, 14% dos efetivos tem habilitação ensino secundário, 8% detêm o ensino profissional.

5.6 Distribuição por estrutura orgânica

Estrutura Orgânica	Nº de Colaboradores
Conselho Administração	3
Área de Projeto Inovação de Negócio	7
Área de Projeto Brand Strategy & Ux/UI	9
Área de Projeto NOSi Akademia	2
Área de Projeto Agile Management for Government	9
Área de Projeto Customer Experience Manager	6
Área Projeto Web - LAB	44
Área de Projeto Government Applications Innovation	17
Área Projeto NOSiMobile	3
Área do Projeto Business Intelligence & Streaming Analytics	11
Direção de Operações NosiCloud	9
Área Projeto NOSiGIS	5
Área Projetos IGRPWEB	4
Direção Estratégia Pessoas e Organização	7
Direção Segurança e Compliance	11
Direção de IT Service Management	22
Direção de Redes e Comunicação de Acesso	21
Direção Data Center	18
Desenvolvimento Soluções/Áreas de projectos	1
Direção Finanças Planeamento e Procurement	16

No que diz respeito à distribuição dos colaboradores por Direção / Áreas de Projetos / Divisões, verifica-se que o maior número dos colaboradores está afeto à área do Projeto WebLab com de 44 colaboradores, representado 20% do total dos colaboradores, de seguida a Direção de IT *Service Management* com uma representação de 22 colaboradores, correspondendo a 10% do total de colaboradores.

5.7 Atividade formativa

As formações ministradas durante o ano de 2021, foram efetuadas em alinhamento com o plano de Ação Global Estratégico NOSi | Horizonte 2019-2022, de forma a responder a necessidades reais de colmatação de lacunas de desempenho existentes, e representar um

ganho final de competências ou saberes traduzido no aumento significativo da produtividade e rentabilidade de colaboradores o e eventual impacto nos resultados da organização.

Em 2021, salienta-se a realização de um total de 7 ações de formação externa dirigidas sobretudo aos colaboradores da Direção *Agile Project Management for Government*, e a Direção Segurança e *Compliance*. Do total de ações de formação registaram-se 78 participações dos colaboradores. As ações de formações foram ministradas através da aquisição de serviços em regime de web conferência. As despesas com a formação no ano de 2021, ascenderam a mCVE 1 323.

Ação	Entidade formadora	Nº de horas	Nº de participantes	Investimento (mCVE)
Workshop <i>Agile</i> para equipa de APMG	Winning	8	16	132
Workshop Gestão de Projetos	Winning	8	16	132
Workshop <i>Agile</i> para outras equipas	Winning	4	16	66
<i>Agile Training</i> para PMO	Winning	8	10	529
Gestão de Liderança	Winning	5	17	397
Fórum de R.H	Fórum R.H Cabo verde	6	2	20
ISO 27001 Internal Auditor Course	Advisera	8	1	46
		47	78	1 323

5.8 Horário de trabalho

O horário de trabalho constitui um dos fatores mais importantes numa organização e dos trabalhadores. Porque é dentro desse espaço temporal que a organização e o trabalhador encontram os equilíbrios necessários à boa execução das tarefas profissionais. Desde o ano 2020 devido a situação pandémica derivado por SARS-CoV-2, aplica-se regime de trabalho híbrido, em que 50% de trabalhadores estará remoto e 50% em regime presencial com a escala rotativa quinzenal com 8 horas de trabalho diário, num total de 40 horas de trabalho por semana, com dois dias de descanso semanal, de acordo com a legislação Laboral cabo-verdiana. O horário de trabalho vigora das 08:00 às 17:00 horas, com flexibilização no horário de almoço por uma hora. No entanto aplica-se o horário de regime de turno num total de 36 horas por semana aos operadores e vigilantes do Data Center e a meia jornada a dois trabalhadores-estudantes.

5.9 Mobilidade do universo laboral

O total das admissões registadas ao longo do ano 2021, realça-se 6 entradas, em que 4 situações corresponderam efetivamente a mudança da modalidade do contrato de estágio para contrato trabalho a Termo para categoria de técnicos e 2 a novas admissões no âmbito concursal para função de monitor para área de projeto WebLab nas Escolas secundarias da ilha de santiago, por forma a mitigar necessidades de recursos humanos na área de Projeto Weblab.

Quanto ao número das saídas dos colaboradores, regista-se 21 situação de desvinculação em que 11 situações corresponderam a saídas definitivas por motivo de cessação dos contratos, e regista-se 3 pedido de licença sem vencimento, 6 rescisão por iniciativa do colaborador para assumir novos desafios profissionais e 1 rescisão de contrato pela entidade patronal.

No ano de 2021, ocorreram 2 situação de mobilidade entre serviços, potenciando a otimização do capital humano, valorizando e adequando as competências dos colaboradores às exigências funcionais dos postos de trabalho, numa lógica de diversificação das tarefas e rotatividade de equipas, permitindo enfrentar novos desafios de trabalho e efetuar novas aprendizagens.

Admissão	Total
Concurso Monitor Web lab	2
Mobilidade Contrato Estágio para Contrato de Trabalho	4
Total	6

Motivo Desligamento	Total
Licença sem Vencimento	3
Cessação de Contrato	11
Rescisão de Contrato pela Entidade Patronal	1
Rescisão de Contrato pelo Trabalhador	6
Total	21

5.10 Qualidade e condições de trabalho

5.10.1 Higiene Segurança no Trabalho

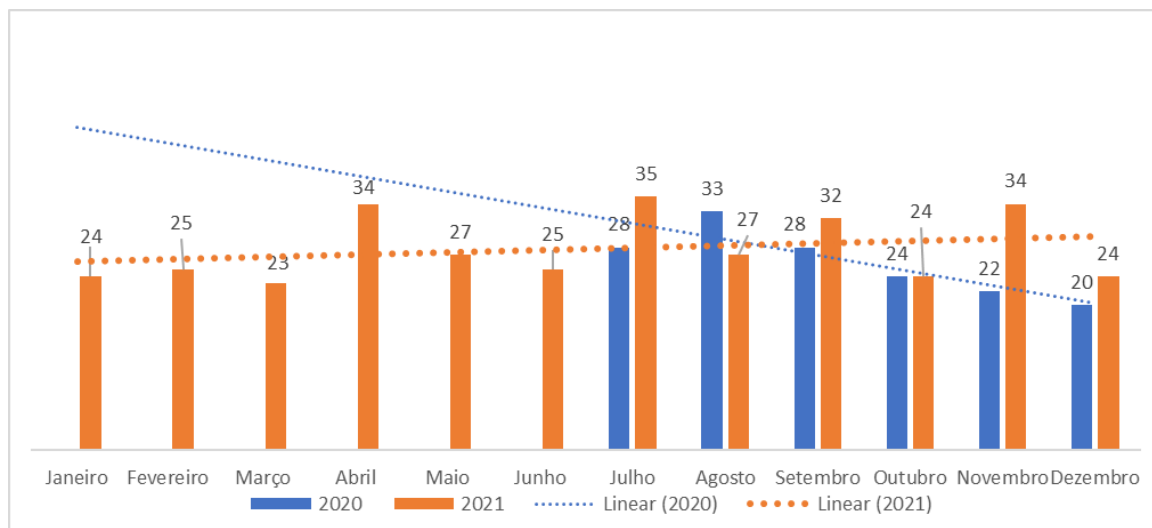
A higiene e segurança no trabalho tem como grande objetivo incrementar atitude preventiva e positiva nos trabalhadores. Todos os colaboradores do NOSi, E.P.E., estão abrangidos pelo seguro obrigatório acidentes Trabalho (SOAT). No ano de 2021, não se registou nenhum acidente em serviço e registo de doença profissional. A política de gestão de pessoas do NOSi, E.P.E. criam permanentemente às condições de saúde aos seus colaboradores, considerando também, que é um direito previsto e assegurado aos trabalhadores. No ano de 2021 permaneceu o estado de alerta da pandemia COVID-19 obrigou a manutenção do plano de contingência no trabalho para evitar a propagação do coronavírus (SARS-CoV-2), assim foram mantidas as medidas de ação alinhado ao plano de segurança e saúde no trabalho em contexto pandemia.

5.10.2 Medicina do Trabalho

A Medicina do trabalho é um ramo da medicina que lida com as relações colaboradores e o trabalho, visando não somente a prevenção dos acidentes e das doenças do trabalho, mas a promoção da saúde e da qualidade de vida dos colaboradores. As boas práticas no campo da saúde e segurança do trabalho são poderosos instrumentos de estímulo à produtividade, à coesão laboral, para ajudar a melhorar e rever a modernização dos processos produtivos, por a forma a diminuir os riscos de acidentes de trabalho. O objetivo da medicina no trabalho é prevenir acidentes e doenças ocupacionais, e assunção do compromisso com a qualidade de vida e o bem-estar dos colaboradores.

Deste modo assinou-se um contrato de prestação de serviços com a Caboderm Clínica Dermatológica Multifuncional, Lda. no valor de 90.000\$00 mensais. Esse contrato visa atender serviço de medicina no trabalho e segurança e higiene no trabalho com o objetivo de cuidar da saúde e do bem-estar dos seus colaboradores permitindo melhoria na produtividade e eficácia no trabalho, e ao mesmo tempo dar um acompanhamento planeado e individualizado do estado da saúde dos colaboradores, evitando assim o absentismo e o aumento do rendimento físico e intelectual dos mesmos.

No ano de 2021 foram avaliados 314 pacientes, referentes as consultas realizadas na sede de NOSi, E.P.E. e consultas ambulatoriais nos consultórios de Plateau e ASA.



No ano de 2021 ao contrário do ano anterior, houve um incremento tendencial de consultas ao longo do ano. Poderia justificar-se pela retoma de assistência ao trabalho, de forma progressiva prévio exame de antigénio de Covid-19.

No âmbito da atividade realizada a medicina no trabalho, salienta-se a realização de três palestras ministradas aos colaboradores com os palestrantes especialistas e Dr. Dominguez, via Microsoft Teams, cujos temas abordados foram ***“Ergonomia, Prevenção do câncer de Útero e de Mama, e Saúde do Homem”***.

5.11 Valor organizacional e cultural

O NOSi incentiva colaboradores à prática do desporto, mantem o apoio à atividade “NOSiBola”, uma iniciativa dos colaboradores que dinamizam à prática do futebol no NOSi. Tem apostado ainda em diversas estratégias para estimular interação entre os colaboradores, promovendo a integração dos novos profissionais e incutindo melhoria contínua nas relações interpessoais, para um bom ambiente organizacional, como por exemplo: Open Talks; Retiro Profissional e Jantar de Natal;

5.11.1 Retiro Profissional

Retiro de trabalho e convívio entre os trabalhadores do NOSi, E.P.E., teve lugar no mês de novembro, sob o lema “Avaliar para melhorar resultados”: Plano de Ação Global Estratégico (PAGE) 2019-2022. Para o efeito, foi criada uma comissão de organização do retiro que, de entre outras atribuições, preparou um plano com a data, o lugar e o roteiro do retiro, os requisitos financeiro e logístico e as condições de segurança sanitária. A montagem da operação serviu para testar in loco as funcionalidades e performance da plataforma Nha Card. O retiro em si, foi um grande momento de balanço e reflexão interna.













5.11.2 Jantar de Natal

Em 2021, não obstante contexto pandémico, mas cumprindo todas as regras impostas pelo Governo e pelas autoridades sanitárias, foi possível organizar com sucesso o tradicional jantar de Natal.















6. Divulgação de informações complementares

Em cumprimento com o Código das Sociedades Comerciais e à luz das melhores práticas, fazemos referência a informações complementares relacionadas com (i) o número e valor nominal das ações, (ii) as partes relacionadas, (iii) remuneração dos auditores e membros dos órgãos sociais e (iv) da exposição da empresa a riscos de crédito, liquidez, taxa de juro e cambial nas notas 10, 24, 26 e 1.10, respetivamente, do anexo às demonstrações financeiras.

7. Agradecimentos

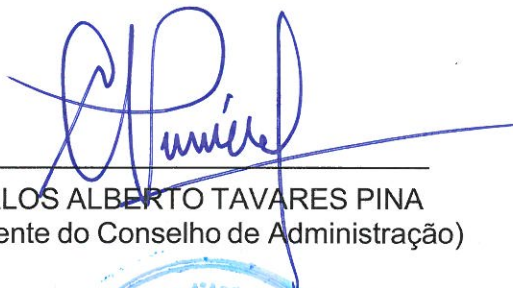
Não obstante enormes constrangimentos e desafios mencionados, como sempre o NOSi continua a apostar no futuro, e para a implementação da estratégia definida (PAGE 2019-2022) contamos com a participação ativa de todos, por isso, um agradecimento especial sobre a apreciável performance espelhada nos diversos indicadores apresentados ao longo do presente relatório, que se deveu essencialmente à qualidade e empenho demonstrado por todos os colaboradores do NOSi e à confiança e apoio sempre disponível das tutelas sectorial e financeira, avalizando ou autorizando decisões ou propostas de decisão do Conselho de Administração.

Para o nosso Auditor e ao nosso Fiscal Único, uma palavra de agradecimento pelo rigor e sempre pronta colaboração e atenção dispensada às preocupações exposta pela gestão.

8. Proposta de aplicação de resultados

No exercício económico de 2021, o NOSi gerou Resultados Líquidos negativos de mCVE 193 100.

Assim, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido negativo de mCVE 193 100 seja transferido para resultados transitados.



CARLOS ALBERTO TAVARES PINA
(Presidente do Conselho de Administração)



MAYRA SUELY SANTOS SILVA
(Administradora Executiva)



LUMUMBA FERNANDES BARBOSA
(Administrador Executivo)

PARTE II - CONTAS 2021 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço

Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial - NOSi, E.P.E.

Sede: Praia

NIF: 270 149 503

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de Escudos - mCVE)

RUBRICAS	NOTAS	DATA REFERÊNCIA	
		31-12-2021	31-12-2020
		VALORES	VALORES
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	3		
Terrenos e recurso naturais		22 037	22 037
Equipamento básico		4 915	1 577
Equipamento de transporte		1 710	2 385
Equipamento administrativo		11 650	9 187
Outros ativos fixos tangíveis		40 213	34 418
Ativos Intangíveis	4	42 364	32 838
Clientes	5	94 541	-
Outras contas a receber	8	140 409	-
Total do Ativo não corrente		357 838	102 442
Ativo Corrente			
Clientes	5	500 288	624 808
Estado e outros entes públicos	6	21 246	18 783
Diferimentos	7	6 899	48 278
Outras contas a receber	8	171 553	318 127
Caixa e depósitos bancários	9	20 591	5 699
Total do Ativo corrente		720 576	1 015 695
Total do Ativo		1 078 414	1 118 137
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital estatutário		50 000	50 000
Reservas legais		2 688	2 688
Outras variações no capital próprio		192 709	192 709
Resultados transitados		184 695	243 345
Resultado líquido do período		(193 100)	(65 782)
Total do Capital Próprio	10	236 994	422 960
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	11	195 538	-
Total do Passivo Corrente		195 538	-
Passivo Corrente			
Fornecedores	12	498 665	450 754
Adiantamento de Clientes		2 491	2 514
Estado e outros entes públicos	6	94 483	31 126
Financiamentos obtidos	11	23 991	168 491
Outras contas a pagar	13	26 253	28 319
Diferimentos	14	-	13 973
Total do Passivo Corrente		645 883	695 177
Total do Passivo		841 421	695 177
Total do Capital Próprio e do Passivo		1 078 414	1 118 137

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Demonstração de resultados por natureza

Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial - NOSi, E.P.E.

Sede: Praia

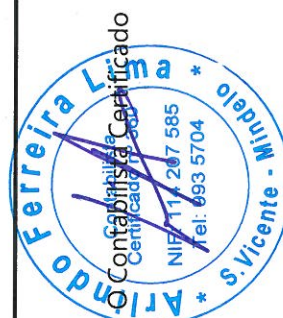
NIF: 270 149 503

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 JANEIRO 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 1 JANEIRO 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Escudos - mCVE)

RUBRICAS	DATA REFERÊNCIA			
	NOTAS	2021	2020	VALORES
Vendas e Prestações de serviços	15	461 125	462 310	
Subsídios à exploração	16	231 086	183 093	
Resultado operacional bruto		692 211	645 402	
Fornecimentos e serviços externos	17	(498 125)	(381 271)	
Valor acrescentado bruto		194 086	264 132	
Gastos com o pessoal	18	(333 520)	(330 803)	
Outros rendimentos e ganhos	19	15 514	23 200	
Outros gastos e perdas	20	(32 732)	(3 874)	
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		(156 651)	(47 344)	
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	21	(22 335)	(6 262)	
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		(178 986)	(53 607)	
Juros e perdas similares	22	(13 815)	(12 012)	
Juros e ganhos similares obtidos		-	-	
Resultado antes de Impostos		(192 801)	(65 619)	
Imposto sobre o rendimento do período	6	(298)	(163)	
Resultado líquido do período		(193 100)	(65 782)	



O Conselho de Administração



nosi
we believe in...

Demonstração de fluxo de caixa

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE			
Designação da Entidade: Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial - NOSi, E.P.E.			
Número de Identificação Fiscal: <u>270 149 503</u>			
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA			
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 JANEIRO 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 1 JANEIRO 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de Escudos - mCVE)			
RUBRICAS	DATA DE REFERÊNCIA		
		31-12-2021	31-12-2020
	NOTA	VALORES	VALORES
Método Directo			
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2		
Recebimentos de clientes		484 983	425 588
Pagamentos a fornecedores		(119 478)	(135 046)
Pagamentos ao pessoal		(237 391)	(255 302)
Caixa gerada pelas operações		128 114	35 241
Outros recebimentos/pagamentos		(116 958)	(51 801)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		11 156	(16 560)
Fluxos de caixa das atividades de investimento	2		
Pagamentos respeitantes a			
Ativos fixos tangíveis		(22 471)	(14 581)
Ativos intangíveis		(14 909)	(5 324)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(37 380)	(19 905)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	2		
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		56 900	1 140
Pagamentos respeitantes a			
Financiamentos obtidos		(1 745)	(11 983)
Juros e gastos similares		(14 038)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		41 117	(10 842)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		14 892	(47 308)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		5 699	53 007
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9	20 591	5 699



o Conselho de Administração



Demonstração de alteração de capital próprio

Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial - NOSi, E.P.E.

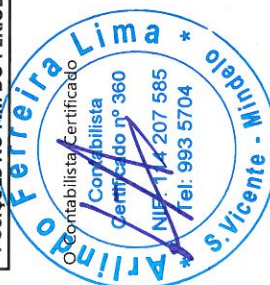
Sede: Praia

NIF: 270 149 503

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 JANEIRO 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 1 JANEIRO 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de Escudos - mCVE)

DESCRÇÃO	Notas	Capital Realizado	Reservas legais	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	50 000	-	192 709	207 356	38 678
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO						(65 782)
Resultado líquido do período						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						
RESULTADO EXTENSIVO						
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	2	-	-	-	-	(65 782)
OUTRAS OPERAÇÕES	3	-	-	-	-	-
Aplicação de Resultados do ano anterior	4	-	-	-	-	-
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO 2020						
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	10	50 000	2 688	192 709	243 345	(65 782)
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	1	50 000	2 688	192 709	243 345	(65 782)
Resultado líquido do período						
RESULTADO EXTENSIVO						
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	2	-	-	-	-	(193 100)
OUTRAS OPERAÇÕES	3	-	-	-	-	-
Correções relativas a exercícios anteriores	4	-	-	-	-	-
Aplicação de Resultados do ano anterior	4,10				7 132 (65 782)	65 782
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO 2021	10	50 000	2 688	192 709	184 695	(193 100)



PARTE III - ANEXO ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Todos os montantes estão expressos em milhares de Escudos – mCVE)

Identificação da entidade

O Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial, EPE (adiante designado por NOSi ou Entidade), é uma Entidade Pública Empresarial, criada pelo Decreto-Lei nº 13/2014, de 25 de fevereiro, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial. O capital social de mCVE 50 000, integralmente detido pelo Estado de Cabo Verde, é representado por 50 000 ações de valor nominal de mCVE 1 cada. É uma entidade de âmbito nacional e fica sediada na cidade da Praia.

O objeto social, definido nos seus estatutos, consiste em, promover a inovação e governação eletrónica, apoiar na formulação de políticas no domínio das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e governação eletrónica, conceber, desenvolver e implementar sistemas de informação para a governação eletrónica, propor *standarts* de modelo integrado da governação eletrónica, participar na promoção da sociedade de conhecimento, participar na promoção do empreendedorismo e desenvolvimento empresarial, assegurar a harmonização de compatibilidade como o modelo integrado, exercendo ainda diversas outras atividades elencadas nos números 1 e 2 do artigo 4º dos estatutos.

Nota 0 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009. A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mCVE).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para distribuição em 29 junho de 2022.

Nota 1 – Resumo das principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.1 Ativos fixos tangíveis e depreciações e ativos intangíveis e amortizações

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor acrescido dos gastos adicionais de compra e instalação, líquidos das respetivas depreciações acumuladas e de eventuais perdas de imparidade (ver Notas 1.2 e 3).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que excedam o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Sociedade e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição ou reavaliação pelo método de quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas refletem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens, como segue:

Descrição	Taxa
Edifícios e Outras Construções	3% - 5%
Equipamento Básico	5% - 25%
Equipamento Transporte	13%
Equipamento Administrativo	12,5% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	16% - 20%

Os ativos fixos tangíveis doados pelo acionista Estado são depreciados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes bens da Entidade, sendo o respetivo custo compensado em Proveitos operacionais – Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 19), pela redução das doações registadas em Outras variações de capital próprio (ver Nota 10).

b) Ativos Intangíveis e amortizações

Compreendem licenças de softwares, mensuradas ao custo de aquisição acrescido dos gastos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para o seu uso pretendido.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir do mês do início de atividade operacional, ao longo de três anos.

1.2 Imparidade de Ativos

Os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos sujeitos a amortização são revistos, quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, menos os gastos para venda e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa).

1.3 Contas a receber de clientes e outros devedores e imparidade

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos pelo seu valor atual, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Notas 5 e 8).

1.4 Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço - Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos, sendo considerados como caixa e equivalentes na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

1.5 Capital Próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas. A parcela não realizada do capital não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução das entradas de capital.

1.6 Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos custos de transação, quando incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, se aplicável; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de gastos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Sociedade possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

1.7 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22,44%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2017 a 2021 podem vir a ser corrigidos. O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável. A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos. Para a determinação do imposto

diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados. Havendo, os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

1.8 Provisões para riscos e encargos

São constituídas provisões no balanço sempre que a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos venha a ser exigido para liquidar a obrigação.

1.9 Reconhecimento do rédito

(i) Venda e prestação de serviços

Os proveitos associados à prestação de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transação à data de balanço. Os proveitos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador.

(ii) Subsídios

Os subsídios do Governo só são reconhecidos quando existe segurança que a Entidade cumprirá as condições a eles associadas e que serão recebidos. Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a Entidade por gastos incorridos, são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar (ver Notas 16, 17 e 18).

1.10 Gestão de Risco Financeiros

A exposição da Entidade a riscos financeiros não é significativa e inclui principalmente variações de taxas de juro, risco de crédito e risco de liquidez.

(i) Risco Cambial

O risco cambial é baixo, na medida em que existe uma paridade fixa, ou uma relação cambial estável com as principais moedas em que decorrem as transações externas, nomeadamente o Euro e o Dólar, não obstante a maioria das prestações de serviços e financiamentos obtidos serem em Escudos cabo-verdianos;

(ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, encontrando-se por isso a Sociedade sujeita ao risco da variação da taxa de juro. Não existem “swaps” de taxas de juro.

(iii) Risco de crédito

Dado existir um número relativamente significativo de clientes e face à sua dispersão geográfica, não se considera existir concentração de risco de crédito.

(iv) Risco de liquidez

A Entidade apresenta fundo de maneio positivo na ordem dos mCVE 70 000, tem gerado e espera-se que continue a gerar fluxos de caixa operacionais positivos suficientes para suprir as suas necessidades de tesouraria, pelo que não apresenta risco de liquidez.

1.11 Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas no balanço nas rubricas de “Outras contas a receber” e “Outras contas a pagar”.

1.12 Transação em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, quando existem, são convertidas e contabilizadas em Escudos ao câmbio histórico da data em que ocorrem, sendo os saldos devedores e credores expressos em moeda estrangeira, no final do exercício, atualizados para Escudos resultantes da aplicação da taxa de câmbio oficial vigente nessa data. As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço são registadas como ganhos ou perdas na demonstração dos resultados do exercício.

1.13 Responsabilidades assumidas para com o pessoal

De acordo com a legislação cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas, encargo este, que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, a Sociedade garante aos trabalhadores o pagamento de subsídio de férias o que, à semelhança das férias, representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica “Outras contas a pagar” (ver Nota 13).

Os trabalhadores da Entidade encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, gerido pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a entidade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.14 Fornecedores e Outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados pelo seu valor nominal ou presente, caso aplicável.

1.15 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer, de acordo com as circunstâncias atuais. As diferenças de estimativa são registadas

em rendimentos/gastos do exercício nas rubricas respetivas da natureza do rendimento ou gasto.

Nota 2 – Fluxos de caixa

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que se encontram disponíveis para uso num curto prazo que não exceda os três meses. Adicionalmente, consideram-se também equivalentes de caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três meses e em relação às quais a variação de justo valor não é significativa, assim como os descobertos bancários, que são apresentados no Balanço em Financiamentos obtidos.

Nota 3 – Ativos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos nestas rubricas decompõem-se como segue (em mCVE):

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL
POSIÇÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2020						
Valor de aquisição	22 037	3 603	4 975	16 347	4 476	51 438
Depreciação acumulada	-	(3 198)	(1 915)	(12 718)	(516)	(18 347)
Valor escriturado	22 037	405	3 060	3 629	3 959	33 090
VARIAÇÕES EM 2020						
Valor líquido inicial	22 037	405	3 060	3 629	3 959	33 090
Aquisições	-	1 280	-	7 636	31 525	40 441
Depreciação do exercício	-	(108)	(675)	(2 078)	(1 066)	(3 927)
Valor líquido	22 037	1 577	2 385	9 187	34 418	69 605
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020						
Valor de aquisição	22 037	4 883	4 975	23 983	36 000	91 878
Depreciação acumulada	0	(3 306)	(2 590)	(14 796)	(1 582)	(22 274)
Valor escriturado	22 037	1 577	2 385	9 187	34 418	69 605
VARIAÇÕES EM 2021						
Valor líquido inicial	22 037	1 577	2 385	9 187	34 418	69 605
Aquisições	-	3 586	-	4 177	14 261	22 024
Correções/Anulações valor de aquisição	-	(3 091)	1 555	(993)	335	(2 193)
Correções/Anulações depreciação acumulada	-	3 091	(1 555)	993	(335)	2 193
Depreciação do exercício	-	(249)	(675)	(1 713)	(8 467)	(11 103)
Valor líquido	22 037	4 915	1 710	11 651	40 213	80 525
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021						
Valor de aquisição	22 037	5 379	6 530	27 167	50 597	111 709
Depreciação acumulada	-	(464)	(4 820)	(15 516)	(10 384)	(31 184)
Valor escriturado	22 037	4 915	1 710	11 651	40 213	80 525

As adições compreendem, essencialmente, (i) em Equipamento Básico, com a aquisição de *Chillers* para o Data Center (mCVE 3 402), (ii) em Equipamentos Administrativos, a aquisição de computadores e monitores (mCVE 3 475) e (iii) em Outros Ativos Fixos Tangíveis, a aquisição de baterias para UPS (*Uninterruptible Power Supply*) do Data Center (mCVE 12 067).

Em 2020 as adições compreendiam, essencialmente, em equipamentos administrativos, a aquisição de secretárias (mCVE 1 825) e computadores (mCVE 2 732) e em outros ativos fixos tangíveis, a aquisição de equipamentos de segurança e de monitorização de rede, *firewalls PaloAlto e FortiGate à HardSecure* (mCVE 29 178) e letreiro do NOSi (mCVE 2 229).

Nota 4 – Ativos intangíveis

Os movimentos em ativos intangíveis decompõem-se como segue:

	mESC
POSIÇÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2020	
Valor de aquisição	175 287
Amortização acumulada	(1 73 155)
Valor escriturado	2 132
VARIAÇÕES EM 2020	
Valor líquido inicial	2 132
Aquisições	33 041
Amortização do exercício	(2 335)
Valor líquido	32 838
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020	
Valor de aquisição	208 328
Amortização acumulada	(1 75 490)
Valor escriturado	32 838
VARIAÇÕES EM 2021	
Valor líquido inicial	32 838
Aquisições	20 757
Correções/Anulações valor de aquisição	3 742
Correções/Anulações amortização acumulada	(3 742)
Amortização do exercício	(11 232)
Valor líquido	42 364
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021	
Valor de aquisição	232 828
Amortização acumulada	(1 90 464)
Valor escriturado	42 364

As adições em 2021 compreendem mCVE 20 018 relacionados com o desenvolvimento aplicativo da solução de autenticação e Assinatura Digital fornecida pela Open Soft, dos quais mCVE 7 132 havia sido registado em 2020, em FSE, quando deviam ser capitalizados.

Em 2020, as adições compreendiam em aquisição do licenciamento e suporte dos *firewalls Palo e Alto FortiGate à Hardsecure*, em dezembro de 2020, por mCVE 27 717 e do pacote para gestão de Infraestrutura de Chave Pública (PKI) à *Primekey*, por mCVE 4 414.

A sociedade opera presentemente com uma licença da Oracle adquirida em 2016 por mCVE 168 491, a qual foi amortizada ao longo dos exercícios de 2016 a 2018.

Os restantes ativos intangíveis dizem respeito a programas de computador.

Nota 5 – Clientes

O saldo a receber de clientes compreende (em mCVE):

	2021			2020
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente
Entidades Nacionais				
Direção de Estrangeiros e Fronteiras	77 586	-	77 586	77 586
Direção Geral das Telecomunicações e Economia Digit	46 430	-	46 430	46 430
Sistema Nacional de Identificação e Arquivo	41 653	-	41 653	41 653
Direção Geral dos Transportes	13 714	-	13 714	13 509
UC-SNQ - Ministério das Finanças	13 167	-	13 167	13 167
Casa do Cidadão	12 228	-	12 228	11 725
Instituto Nacional de Gestão	10 727	-	10 727	10 748
Polícia Nacional	10 230	-	10 230	10 230
Centro Nacional de Pensões Sociais	8 122	-	8 122	7 017
Polícia Judiciária	7 840	-	7 840	8 091
Hospital Agostinho Neto	7 569	-	7 569	7 923
Ministério das Finanças	7 398	-	7 398	22 410
IMP - Instituto Marítimo Portuario	7 259	-	7 259	6 404
RTC - RADIO TELEVISAO CABOVERDIANA, SA	5 993	-	5 993	5 993
Imobiliária Fundiária e Habitat	5 646	-	5 646	5 599
Tribunal de Contas	5 374	-	5 374	4 670
Direção Geral de Apoio ao Processo Eleitoral	479	-	479	25 803
Outros inferiores a mCVE 5 000	82 110	-	82 110	83 467
	363 526	-	363 526	402 423
Câmaras Municipais				
Praia	79 005	-	79 005	60 791
Sal	20 019	-	20 019	16 696
São Vicente	12 473	-	12 473	10 549
Boa Vista	1 942	6 389	8 331	7 926
Santa Catarina	1 792	7 159	8 952	8 264
Santa Cruz	1 537	6 140	7 677	7 276
São Miguel	1 109	4 428	5 536	5 616
Ribeira Grande Santo Antão	1 070	4 272	5 342	5 380
Porto Novo	669	5 837	6 506	6 725
Tarrafal São Nicolau	620	5 413	6 034	6 360
São Filipe	568	4 956	5 524	5 879
Ribeira Brava	539	4 706	5 245	5 517
Mosteiros	536	4 679	5 215	5 508
Ribeira Grande Santiago	511	4 459	4 971	5 055
São Salvador do Mundo	471	4 111	4 582	4 864
Tarrafal	-	7 467	7 467	7 597
São Domingos	-	6 313	6 313	6 947
São Lourenço dos Orgãos	-	5 189	5 189	5 636
Brava	-	4 069	4 069	4 615
Outras Câmaras, dívidas inferiores a mCVE 4 000	1 804	8 954	10 757	11 121
	124 665	94 541	219 206	198 322
Clientes conta corrente - Estrangeiros				
Guiné Equatorial	57 889	-	57 889	57 889
Agência Fiduciária e de Administração de Projetos	7 268	-	7 268	-
Guiatel - Serviços de Telecomunicações	-	-	-	4 962
ECOWAS - Economic Community of West African State	-	-	-	14 310
Outros inferiores a mCVE 2 000	4 829	-	4 829	4 792
	69 986	-	69 986	81 954
Menos:				
Perdas por imparidade acumuladas	(57 889)	-	(57 889)	(57 889)
	500 288	94 541	594 828	624 808

A Entidade celebrou acordos de regularização de dívida com as Câmaras Municipais que no quadro acima apresentam saldos Não corrente. Os acordos preveem a regularização da dívida em prestações mensais durante períodos que variam entre 5 e 6 anos, não havendo lugar a qualquer débito de juros. Assim, com referência a 31 de dezembro de 2021, procedeu-se à determinação do valor presente dos saldos em dívida, por referência à taxa de juro média dos financiamentos da Entidade (6,62%), tendo os mesmos sido reduzidos em mCVE 24 223, registados na rubrica de “Outros gastos e perdas” (ver Nota 20). A partir de 2022, a respetiva atualização será anualmente registada como ganho financeiro.

Por antiguidade, os saldos de clientes decompõem-se como segue (em mCVE):

	Câmaras Municipais		Estado e Outras Entidades Públicas		Clientes Privados		Clientes Estrangeiros		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Saldos até 90 dias	20 377	7 838	5 186	2 273	47	15	7 475	-	33 086	10 126
Saldos entre 91 e 180 dias	12 494	7 747	1 224	15 955	14	14	-	27	13 731	23 743
Saldos entre 181 e 1 ano	15 098	15 099	5 260	3 309	10	-	13	2 600	20 381	21 008
Saldos com mais de 1 ano	195 727	172 518	268 881	325 206	523	682	62 498	71 526	527 630	569 932
Saldo Total	243 697	203 202	280 552	346 743	594	711	69 986	74 153	594 828	624 809

Não foram reconhecidas perdas por imparidades relativas às dívidas do Estado, Instituições públicas e Autarquias dado ser expectativa da Administração que a sua recuperação ocorrerá a curto prazo. Relativamente às autarquias com as quais foram assinados acordos de regularização de dívida, é igualmente expectativa da Administração que os referidos acordos serão cumpridos.

Nota 6 – Estado e outros entes públicos

IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado

		mCVE	
		2021	2020
Saldos devedores			
IVA - Imposto sobre Valor Acrescentado	(i)	19 176	16 551
Imposto sobre lucros a recuperar	(ii)	2 070	2 233
		<u>21 246</u>	<u>18 783</u>
Saldos credores			
Contribuições para a Previdência Social	(ii)	48 264	16 132
Imposto único sobre rendimentos	(ii)	45 920	14 832
Tributação autónoma		<u>298</u>	<u>163</u>
		<u>94 483</u>	<u>31 127</u>

(i) IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado

Corresponde ao valor do IVA a favor da Entidade referente ao exercício de 2021 (mCVE 2 625) e transitado de exercícios anteriores (mCVE 16 551). Não foram feitos pedidos de reembolso.

(ii) Contribuições para a Previdência Social/Retenção de impostos sobre rendimentos

Correspondem, essencialmente, (a) às contribuições da Entidade para a previdência social, dos quais mCVE 40 189 se encontram em mora à data do balanço e (b) às retenções efetuadas no processamento de remunerações do pessoal dependente, no montante de mCVE 44 794 (2020: mCVE 14 300) e no processamento dos honorários do pessoal independente, no montante de mCVE 1 096 (2020: mCVE 471), dos quais mCVE 965 se encontram em mora à data do balanço.

(iii) Imposto sobre o rendimento

Os resultados fiscais dos exercícios de 2021 e de 2020, foram calculados como segue:

	mCVE	
	2021	2020
Resultado antes de impostos	(192 801)	(65 619)
A adicionar		
Outros custos não aceites	4 722	2 440
A deduzir		
Correções relativas a exercicios anteriores	-	(4 613)
Benefícios fiscais (formação e mecenato)	(7 745)	(7 564)
Outros	-	(163)
Lucro (prejuízo) fiscal do exercicio	(195 825)	(75 518)
 Tributação autónoma	 (298)	 (163)
Encargos do exercicio com imposto sobre rendimentos	(298)	(163)

Os resultados fiscais negativos em 2021 e 2020, no valor total de mCVE 271 641, geram imposto diferido ativo no valor de mCVE 60 956, o qual não foi registado devido à imprevisibilidade na sua recuperação.

Nota 7 – Diferimentos

O saldo desta rubrica representa a parcela das licenças, softwares e outros serviços referentes aos exercícios de 2022 e subsequentes, cujas faturas foram, entretanto, rececionadas em 2021, encontrando-se por isso, registadas por contrapartida de Fornecedores (ver Nota 12). O saldo decompõe-se pelas seguintes entidades:

	mCVE	
	2021	2020
Microsoft	-	32 343
WSO2	-	9 782
VisionWare	4 807	3 009
Outras entidades	2 092	3 144
	<u>6 899</u>	<u>48 278</u>

Nota 8 – Outras contas a receber

O saldo desta rubrica compreende, essencialmente, mCVE 308 715 (2020: mCVE 317 305) a receber do Ministério das Finanças e decompõe-se como segue:

(a) mCVE 168 491 (2020: mCVE 168 491) relacionados com o empréstimo da CECV, cuja amortização do capital foi assumida pelo Estado (ver Nota 11). Nos termos do Protocolo assinado com o Estado em dezembro de 2021, o reembolso deste valor ao Nosi será efetuado em 72 prestações mensais de mESC 2 340 cada. Assim, mCVE 28 080 foram classificados como Corrente e mCVE 140 411 como Não corrente.

(b) mCVE 28 784 (2020: mCVE 28 784) referentes a juros do mesmo empréstimo, também assumidos pelo Estado (ver Nota 11).

(c) mCVE 111 440 (2020: mCVE 120 029), a título de subsídio à exploração, com contrapartida em Fornecedores, dos quais:

mCVE 33 130 (2020: mCVE 70 757), a título de subsídio à exploração, com contrapartida em Fornecedores, relacionados com o fornecimento de serviços de circuitos e internet pela Cabo Verde Telecom e CV Multimédia, registados em Fornecimentos e serviços externos (ver Nota 12).

mCVE 78 310 (2020: mCVE 49 272), referentes á royalties devidos à Microsoft, cujo pagamento é assumido pelo Estado.

Nota 9 – Caixa e depósitos bancários

O detalhe do valor escriturado nesta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

	mCVE	
	2021	2020
Caixa		
Fundo Fixo	70	70
Depósitos à ordem		
Banco Comercial do Atlântico	4 282	1 010
Caixa Económica de Cabo Verde	16 229	4 606
Banco Africano de Investimentos	10	13
	20 521	5 629
	20 591	5 699

Nota 10 – Capital próprio

Os movimentos Registrados em 2021 e em 2020 nesta rubrica, encontram-se evidenciados na Demonstração de Alteração de Capital Próprio.

Capital social

O capital social, integralmente realizado, está representado por 50 000 ações com o valor nominal de ESC 1 000 (mil escudos) cada e é detido pelo Estado de Cabo Verde.

Reservas legais

O saldo de mCVE 2 688 resulta da aplicação do resultado líquido do exercício de 2019.

Outras variações no capital próprio

O saldo de mCVE 192 709 compreende, (i) mCVE 168 491 correspondentes ao valor do empréstimo contraído junto da CECV para a aquisição da licença ORACLE, cuja amortização do capital foi assumida pelo Estado (ver Notas 8 e 11) e (ii) mCVE 24 219 referentes a bens do ativo fixo tangível doados pelo acionista Estado, dos quais mCVE 22 013 se referem a um terreno e mCVE 3 182 a equipamentos administrativos, líquidos de depreciações acumuladas de mCVE 1 000.

Resultados transitados

Os movimentos em 2021 compreendem, a débito, mCVE 65 872 resultantes da aplicação do resultado líquido negativo do exercício de 2020 e, a crédito, mCVE 7 132 referentes à regularização de gastos registados em 2020 quando deviam ser classificados como Ativos intangíveis (ver Nota 4).

Nota 11 – Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Financiamentos obtidos” apresentava a seguinte composição (em mCVE):

		2021			2020
		Corrente	Não Corrente	Total	Não Corrente
Empréstimo Oracle (mESC 168 491)	A	13 493	154 998	168 491	168 491
Empréstimo Hardsecure (mESC 56 900)	B	10 497	40 540	51 037	-
Total Empréstimos		23 991	195 538	219 529	168 491

A – Empréstimo Oracle

Empréstimo contratado em novembro de 2016, destinado a financiar a aquisição da licença ORACLE (ver Nota 4), cujo reembolso deveria ocorrer numa única prestação em novembro de 2021. Entretanto, em 2021 procedeu-se à reestruturação e renovação do empréstimo, tendo sido mantida a taxa de juros anual de 7%, devidos mensalmente, e fixado o reembolso em 96 prestações mensais, vencendo-se a primeira em março de 2022.

O empréstimo encontra-se garantido por uma carta conforto do Estado de Cabo Verde, que também assume a liquidação do capital e dos juros, nos Termos do Protocolo de prestação de serviços assinado em 2018 entre a Entidade e o Ministério das Finanças. Nesta base, em 2020, procedeu-se ao reconhecimento do valor correspondente a receber do Ministério das Finanças por contrapartida de uma contribuição do acionista para o capital próprio (Outras variações no Capital próprio) (ver Notas 10).

B – Empréstimo Hard Secure

Representa o saldo remanescente de um empréstimo contratado em maio de 2021, destinado a financiar a aquisição de *appliances* e licenças necessárias para garantir suporte, manutenção/atualização e *compliance* de duas arquiteturas de *firewall* na RTPE. Vence juros

à taxa anual de 5,5% e será reembolsável em 60 prestações mensais de capital e juros, no montante de mCVE 1 087. O empréstimo encontra-se garantido por uma carta conforto de Estado de Cabo Verde.

Nota 12 – Fornecedores

O saldo decompõe-se como segue (em mCVE):

	mCVE	
	2021	2020
Electra Sul	180 963	152 681
Microsoft	78 467	88 675
ARME-Agência Reguladora Multisetorial de Economia	35 577	32 630
Hardsecure	28 447	56 895
Cabo Verde Telecom	41 723	34 008
CV Multimédia	33 074	36 749
Guiatel	16 211	-
Visionware	15 712	1 254
OpenSoft	12 886	2 377
Cvnet, Lda	2 182	9 833
WSO2 Inc	3 726	7 978
Digitmarket - Sistemas de Informação	5 639	6 466
ASA- Aeroportos e Segurança Aérea	3 023	-
ActiveSys	9 401	-
TEI	6 000	-
RUIIUR	3 621	-
Huawei Technologies	5 471	-
Outros, inferiores a mCVE 3 000	16 541	21 208
	<u>498 665</u>	<u>450 753</u>

A dívida para com a Electra Sul relaciona-se com o fornecimento de energia elétrica.

O saldo devido a Microsoft resulta da aquisição do pacote Microsoft 365, incluindo o Word, Excel, PowerPoint, Outlook, OneNote, SharePoint e Microsoft Teams. Entretanto este serviço, passará a ser fornecido pela empresa *SoftwareOne*, parceiro da Microsoft, e parte deste valor em dívida será transferido a empresa *SoftwareOne* em 2022, uma vez que o contrato em negociação tem efeitos retroativos.

A dívida para com a ARME relaciona-se com a taxa de regulação referente ao ano de 2021 (mCVE 2 947) e anos anteriores.

O saldo a pagar à *Hardsecure* resulta da aquisição de equipamentos e suporte dos *firewalls Palo Alto* e *FortiGate*, no valor de mCVE 19 919 e respetiva licença para o período de 2021 a 2023, no valor de mCVE 27 717. Em 2021 foi liquidado 50% desse valor.

As dívidas à CV Telecom e à CV Multimédia, no montante total de mCVE 74 796 (2020: mCVE 70 757), relacionam-se com o fornecimento de serviços de circuitos e internet.

Essas dívidas são subsidiadas pelo Estado de Cabo Verde, a título de subsídio à exploração (ver Nota 16 e 17), razão pela qual têm contrapartida em Outras contas a receber - Ministério das Finanças (ver Nota 8).

Nota 13 – Outras contas a pagar

O saldo desta rubrica compreende, essencialmente, mCVE 23 453 (2020: mCVE 25 426) relativos a encargos férias e subsídios de férias a pagar no ano seguinte (ver Nota 1.14).

Nota 14 – Diferimentos

Em 2020 o saldo desta rubrica representava os desembolsos recebidos da Direção Geral do Emprego, Formação Profissional e Estágios Profissionais (DGEFPEP) destinados a compensar os gastos a incorrer em 2021 com os estagiários. Em 2021 não teve qualquer desembolso, tendo sido apenas reconhecidos os gastos incorridos com os estagiários que transitaram do ano anterior.

Nota 15 – Vendas e prestações de serviços

		mCVE	
		2021	2020
Serviços Ministério Finanças	(i)	260 965	260 965
Outros	(ii)	17 593	34 223
Consultorias	(iii)	12 932	40 586
IaaS - Infrastructure as a Service	(iv)	51 590	34 594
Bundled	(v)	32 947	27 323
Housing	(vi)	15 906	15 179
SaaS – Software as a Service	(vii)	13 030	11 205
PaaS - Platform as a Service		5 873	5 840
Comunicação		11 540	10 411
Desenvolvimento Software		37 292	20 679
Outros, inferiores a mCVE 5 000		1 457	1 305
		461 125	462 310

(i) Ministério das Finanças

No âmbito do Protocolo de prestação de serviços assinado entre as partes em abril de 2018, os serviços prestados ao Ministério das Finanças compreendem essencialmente (i) serviços de backup (mCVE 3 128/mês), (ii) serviços de licenciamento de software (mCVE 2 387), (iii) serviço VPS (mCVE 2 963/mês), entre outros, totalizando o montante anual de mCVE 260 295. Em contrapartida, a renda a pagar pelo NOSi pela utilização dos ativos do Estado relativos aos investimentos do E-gov1 e E-gov2 ascende a mCVE 110 965 (ver Nota 17 (i)).

(ii) Outros

Compreende, essencialmente mCVE 8 244 por faturar ao INPS pelos serviços de VPS (*Virtual Private Server*) e Backup, referente ao período de janeiro a agosto de 2021, e mCVE 7 316 correspondente a serviço de *Managed Services*, correspondente ao serviço de suporte *Helpdesk* para apoio na resolução de problemas com os serviços contratados.

Em 2020, o saldo incluía, (a) softwares desenvolvidos aos clientes (i) UC-SNQ - Ministério das Finanças (mCVE 3 111), (ii) Projeto Projeto PALOP (mCVE 2 696), (iii) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (mCVE 2 590), (iv) Direção Nacional da Administração Pública (mCVE 2 544) e (v) Quadro Integrado Reforçado (mCVE 2 017), (b) serviços relacionados com o lançamento de fibra ótica prestados ao Ministério das Finanças (mCVE 13054) e ao Banco de Cabo Verde (mCVE 8 389) e (c) serviços de conectividade à rede tecnológica privativa do Estado (mCVE 10 411).

(iii) Consultorias

Compreendem, essencialmente, os serviços de consultoria prestados (i) ao Ministério das Finanças, no valor de mCVE 4 393 nas áreas de *Database on SQL Server*, *PowerPivot*, *Reporting Services*, *Analysis Services*, *SharePoint Server* e *Power BI*, (ii) ao Instituto de Inovação e Conhecimento no valor de mCVE 3 917 referente a manutenção de infraestrutura, plataformas e Sistemas para prevenção e correção de falhas, (iii) a Proempresa, no valor de mCVE 2 734 referente à consultoria na área de desenvolvimento de ecossistemas e inovação de base tecnológica e estruturação e seguimento da equipa da Cabo Verde Digital.

Em 2020 compreendia, essencialmente, serviços de consultoria prestados (i) à Direção Geral e Apoio ao Processo Eleitoral (mCVE 22 437) referentes à implementação de um conjunto de melhorias no sistema de informação e gestão eleitoral e assessoria técnica às eleições, (ii) ao Ministério das Finanças, no valor de mCVE 8 338 referente ao Upgrade e Implementação do Sistema de Informação de Registo Predial (SIRP) e Sistema de Informação de Notariado (SIN) para a Direcção Geral dos Registos, Notariado e Identificação (DGRNI).

(iv) IAAS – Infrastruturas As A Services

Compreendem, essencialmente, mCVE 37 164 (2020: mCVE 28 255) de disponibilização de recursos computacionais ao INPS, tais como:

Webhosting – disponibilização de espaço em servidor compartilhado, com a utilização de servidor com “*webserver*” para hospedar e gerir sites. Fornece ainda um sistema de mensagens (webmail), gestão de subdomínios e oferta de base de dados com características específicas em cada pacote;

Virtual Private Server (VPS) – disponibilização de servidores virtuais privados para alojamento, acessível via internet e providos de alto nível de segurança e de confiabilidade dos dados. O serviço permite a configuração e o controle do servidor, beneficiando de uma série de serviços associados como monitoramento, alta disponibilidade e acompanhamento técnico especializado;

Virtual Data Center (VDC) – disponibilização de recursos virtuais lógicos e isolados, desenhado para permitir o autoaprovisionamento e gestão dos recursos de computação através da internet, podendo ser utilizado consoante a necessidade;

Backup – realização de cópias de segurança de dados que permite, a qualquer momento, aceder e recuperar os dados de um momento anterior.

(v) Bundled – Office Automation

Compreende aplicativos disponibilizados às Câmaras Municipais e ao INPS, ascendendo a mCVE 21 721 e mCVE 3 600 (2020: mCVE 14 340 e mCVE 4 925), respetivamente, e a outras entidades.

(vi) Housing

Consiste, essencialmente, em serviços de alojamento de servidores, de modo seguro, prestados ao Banco de Cabo Verde e à *ECOWAS Commission* nos montantes de mCVE 7 200 e mCVE 4 082, respetivamente (2020: mCVE 7 200 e mCVE 4 082).

(vii) SAAS – Software As A Service

Compreende, essencialmente, mCVE 12 181 (2020: mCVE 10 350) referente a disponibilização de plataformas para alojamento de soluções e-GOV as Câmaras Municipais.

Nota 16 – Subsídios á exploração

Os Subsídios à Exploração concedidos pelo Estado (Ministério das Finanças) e pela Direção Geral do Emprego, Formação Profissional e Estágios Profissionais (DGEFPEP) destinam-se a compensar, total ou parcialmente, os seguintes gastos, registados em Fornecimentos e serviços externos (ver Nota 17) e “Gastos com o pessoal” (ver Nota 18):

	mCVE	
	2021	2020
Ministério das Finanças		
Aluguer de Circuitos à CV Telecom	76 561	76 514
Serviços de internet da CV Multimédia	44 098	44 098
Licenças da Microsoft	78 310	21 522
	<u>198 969</u>	<u>142 134</u>
DGEFPEP		
Mentoria - Valor destinado ao NOSi	10 133	17 351
Bolsa de estudos aos estagiários	11 265	11 573
Kit Informático		3 744
Renda do NOSi Akademia	2 020	2 424
Gastos diversos com estagiários	8 700	5 867
	<u>32 117</u>	<u>40 959</u>
	<u>231 086</u>	<u>183 093</u>

Dos mCVE 32 117 subsidiados pela DGEFPEP, mCVE 11 133 encontram-se registados em Gastos com o Pessoal (ver Nota 18), correspondendo os restantes mCVE 10 133, designados por Mentoria, à formação ministrada aos estagiários por técnicos do NOSi.

Nota 17 – Fornecimentos e serviços externos

O detalhe do valor escriturado na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos é o seguinte:

		mCVE	
		2021	2020
Rendas e alugueres	(i)	119 586	124 411
Comunicação	(ii)	113 521	111 298
Eletricidade	(iii)	33 303	34 073
Royalties	(iv)	133 201	29 309
Trabalhos especializados	(v)	54 691	19 294
Trabalhos executados no exterior	(vi)	152	18 120
Conservação e reparação	(vii)	7 288	17 112
Honorários		3 584	5 189
Vigilância e segurança		5 079	4 597
Deslocações e estadas		5 642	4 146
Limpeza, higiene e conforto		3 236	2 964
Outros fornecimentos e serviço		5 099	2 460
Publicidade e Propaganda		3 312	507
Outros, inferiores a mCVE 2 500		10 430	7 791
		498 125	381 271

(ii) Rendas e alugueres

O saldo compreende, essencialmente, rendas das instalações (a) do Data Center, propriedade do Estado, (b) da sede da Entidade e (c) do NOSi Akademia, nos montantes de mCVE 110 965 (ver Nota 16 (i)), mCVE 5 292 e mCVE 2 400 (2020: mCVE 110 965, mCVE 10 243 e mCVE 2 390), respetivamente.

(iii) Comunicação

O saldo compreende, essencialmente, fornecimentos de circuitos, serviços IP e taxa de utilização de frequências fornecidos pela CVTelecom e CV Multimédia, nos montantes de mCVE 66 574, mCVE 38 346 e mCVE 2 947 (2020: mCVE 66 615, mCVE 38 346, mCVE 2 947), respetivamente, os quais são parcialmente subsidiados pelo Ministério das Finanças (ver Nota 17).

(iv) Eletricidade

Compreendem, essencialmente, o consumo de eletricidade no Data Center, nos concentradores e na sede, nos montantes de mCVE 26 925, mCVE 4 574 e mCVE 1 318 (2020: mCVE 26 925, mCVE 3 377 e mCVE 2 622 respetivamente).

(v) Royalties

Compreendem essencialmente, (i) as licenças adquiridas a Microsoft, relativamente ao pacote Microsoft 365 (mCVE 110 298), (ii) a licenças adquiridas a *VisionWare*, relativamente a Solução de Segurança Corporativa *Endpoint Protection* (mCVE 9 200), (iii) a licença adquirida a WSO2, relativamente as licenças do software WSO2 (mCVE 3 009), entre outras licenças diversas. O significativo aumento do saldo face ao exercício anterior deve-se ao aumento do número de licenças adquiridas a Microsoft, e a aquisição de novas licenças devido a necessidade de garantir suporte e *compliance* após o *ciberataque* sofrida pela Rede Tecnológica Privativa do Estado em novembro de 2020.

(vi) Trabalhos especializados

Compreendem, essencialmente, gastos com (i) licenciamento *Commvault* (mCVE 13 741), fornecida pela *ActiveSys*, (ii) modernização da Infraestrutura Tecnológica do Ministério das Finanças (mCVE 13 044) fornecida pela Tei.

Em 2020 compreendiam, essencialmente, gastos com (i) a implementação do serviço de fibra ótica entre a sede do Banco de Cabo Verde e o Data Center (mCVE 8 389), prestado pela TEI, ao NOSi que, por sua vez, fatura o Banco de Cabo Verde, (ii) serviços profissionais de upgrade e migração de dados (mCVE 3 970), prestados pela *Open Up*, Sistemas de Informação, Lda (mCVE 1 985) e pela IDW-Consultoria em Serviços de Informação, Lda (mCVE 1 985).

(vii) Trabalhos executados no exterior

Em 2020, compreendiam, essencialmente (i) serviços de suporte Microsoft prestados pela *Bizdirect* (mCVE 5 639) e serviços prestados pela empresa *OpenSoft* no âmbito do Desenvolvimento e Implementação Aplicacional da Solução de Autenticação e Assinatura Digital (mCVE 132) (ver Nota 4).

(viii) Conservação e reparação

Compreendem, essencialmente, serviços de Manutenção das Infraestruturas de base do Data Center prestados pela CVNet, no valor de mCVE 3 052 (2019: mCVE 11 400).

Nota 18 – Gastos com pessoal

	mCVE	
	2021	2020
Ordenados e salários	237 416	243 420
Remuneração dos órgãos sociais	10 596	10 696
Encargos sobre remunerações	42 858	42 336
Outros gastos com o pessoal	42 650	34 350
	333 520	330 803
Número médio de empregados	225	230

Os outros gastos com o pessoal incluem, essencialmente (i) mCVE 20 188 (2020: mCVE 7 260) relativos a complementos e gratificações de salário concedidos aos Diretores, Project Manager, Chefes das Divisões e Team Leaders das áreas de projeto, (ii) mCVE 8 685 (2020: mCVE 17 179) referentes a subsídios de estágio concedidos no âmbito do Acordo de Parceria e Financiamento com a Direção Geral de Emprego, Formação Profissional e Estágios Profissionais, os quais foram subsidiados por esta entidade, (iii) mCVE 6 805 (2020: mCVE 3 555) de gastos com formação.

Nota 19 – Outros rendimentos e ganhos

Compreendem, essencialmente, (i) a compensação dos juros do exercício referentes ao empréstimo contraído junto da CECV, no montante de mCVE 13 443 (2020: mCVE 11 827) (ver Nota 23), uma vez que os mesmos são assumidos pelo Ministério das Finanças (ver Nota 11). Em 2020, compreendiam ainda diferenças de câmbio de mCVE 4 800 e correções relativas a exercícios anteriores, no montante de mCVE 4 613.

Nota 20 – Outros gastos e perdas

Decompõem-se como segue:

	mCVE	
	2021	2020
Correções relativas a períodos anteriores	3 785	1 929
Imposto de selo	1 751	1 436
Taxas	282	442
Quotizações	-	67
Efeito do valor descontado das dívidas das Câmaras Municipais (Ver nota 5)	24 423	-
Diferenças de Câmbio	2 346	-
Donativos	145	-
	32 732	3 874

Nota 21 – Gastos/Reversões de depreciação e de amortização

Compreendem as depreciações do exercício dos ativos fixos tangíveis e as amortizações do exercício dos ativos intangíveis, nos montantes de mCVE 11 103 e mCVE 11 232 (2020: mCVE 3 927 e mCVE 2 335), respetivamente (ver Notas 3 e 4).

Nota 22 – Juros e perdas similares suportados

O saldo desta rubrica inclui, essencialmente, juros de financiamentos bancários, no montante de mCVE 13 815 (2020: mCVE 11 827) (ver Notas 11 e 19).

Nota 23 - Garantias

Não existiam, à data do balanço, quaisquer garantias prestadas pela Entidade.

Os financiamentos bancários obtidos encontram-se garantidos por carta conforto do Estado de Cabo Verde (ver Nota 11).

Nota 24 - Partes relacionadas

Os principais saldos e transações ocorridas em 2021 e 2020 entre a Entidade e o Estado de Cabo Verde (Ministério das Finanças) e a Direção Geral do Emprego, Formação Profissional e Estágios Profissionais, sumarizam-se nos quadros seguintes (em mCVE):

2021							
Balanco				Transações			
Cientes	Outras Contas a receber	Outras contas a pagar	Diferimentos	Forn. e serv. Externos	Prestação de serviços	Subsidio a exploração	Outros Rendimentos e Ganhos
(ver Nota 5)	(ver Nota 8)	(ver Nota 13)	(ver Nota 14)	(ver Nota 17)	(ver Nota 15)	(ver Nota 16)	(ver Nota 19)
Ministério das Finanças	20 565	230 760		110 965	265 598	198 969	11 021
DGEFPEP						32 117	
	20 565	230 760		110 965	265 598	231 086	11 021

2020							
Balanco				Transações			
Cientes	Outras Contas a receber	Outras contas a pagar	Diferimentos	Forn. e serv. Externos	Prestação de serviços	Subsidio a exploração	Outros Rendimentos e Ganhos
(ver Nota 5)	(ver Nota 8)	(ver Nota 13)	(ver Nota 14)	(ver Nota 17)	(ver Nota 15)	(ver Nota 16)	(ver Nota 19)
Ministério das Finanças	35 577	317 305		110 965	287 283	142 134	13 667
DGEFPEP			13 973			40 959	
	35 577	317 305	13 973	110 965	287 283	183 093	13 667

- (i) Não existem transações com os Administradores.

Nota 25 – Responsabilidades e compromissos financeiros não incluídos no balanço

Não são conhecidas outras responsabilidades e contingências além das referidas nas Notas anteriores.

Nota 26 – Divulgações exigidas por diplomas legais

As remunerações dos membros de órgãos de sociais e dos auditores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, decompõem-se como segue (em mCVE):

	mCVE	
	2021	2020
Conselho de administração	10 596	10 696
Órgão de fiscalização	360	360
Auditores	1 220	1 440
	12 176	12 496

Nota 27 - Outras informações sobre a aplicação do regime do acréscimo

Ver Notas 7, 14 e 15.

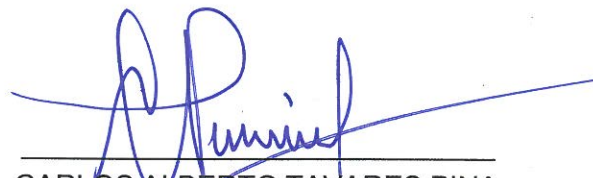
Nota 28 – Eventos subsequentes

Em 2014, através do Decreto-Lei nº 13/2014, de 25 de fevereiro, o NOSi foi erigido em Entidade Pública Empresarial (NOSi, E.P.E.), com a missão de impulsionar a sociedade de conhecimento, nomeadamente através da inovação e mecanismos de governação eletrónica integrada para facilitar o quotidiano dos cidadãos e dos agentes económicos e elevar os padrões de competitividade e melhoria da qualidade de vida dos cabo-verdianos.

As câmaras municipais são instituições públicas beneficiárias dos serviços da governação digital do Estado de Cabo Verde, sendo que os serviços prestados pelo NOSi, E.P.E., aos municípios cabo-verdianos ao longo desses anos, para garantir a manutenção e melhoria continua dos sistemas.

Em 2021 o valor da dívida relativamente a estes serviços prestados as câmaras municipais representam cerca de 39.55% do valor de dívidas apresentado no balanço.

Entretanto, vem sendo estabelecido um contrato junto as câmaras municipais, visando implementar procedimentos necessários para pagamento de serviços e-GOV e também pelos serviços prestados de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2021.



CARLOS ALBERTO TAVARES PINA
(Presidente do Conselho de Administração)



MAYRA SUELY SANTOS SILVA
(Administradora Executiva)



LUMUMBA FERNANDES BARBOSA
(Administrador Executivo)



ARLINDO FERREIRA LIMA
(Técnico Oficial de Contas)



PARTE IV - PARECERES ÀS CONTAS

Parecer do Fiscal Único sobre as Contas do NOSI E.P.E. - 2021

Exmo. Senhor Acionista do NOSI, E.P.E.,

I. Introdução

Em cumprimento do disposto do n.º1 do artigo 222º, conjugado com o disposto no n.º3 do artigo 223º do Código das Sociedades Comerciais e do mandato conferido, compete ao Fiscal Único (FU) emitir o relatório anual sobre a ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório e Contas de Gerência referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, do Núcleo Operacional da Sociedade de Informações, Entidade Pública Empresarial (NOSI, E.P.E.), conforme previsto no artigo 32º dos Estatutos do NOSI, aprovados pelo Decreto-lei nº13/2014.

II. Responsabilidades

Conforme referido na alínea c), nº 2 do art.º 18 dos referidos estatutos, compete ao Conselho de Administração (CA), elaborar os relatórios de atividades e demais instrumentos de prestação de contas e submeter à aprovação da tutela.

A responsabilidade do FU consiste em analisar o relatório de contas e relatório de Gestão e verificar a consistência e adequação dos pressupostos incluídos nas contas acima referido, competindo ao FU emitir um parecer profissional e independente.

III. Âmbito

O trabalho realizado teve como objetivo a apreciação do Relatório de Gestão, das Atas disponíveis das reuniões dos órgãos de gestão e verificação das contas da Sociedade em 31 de dezembro de 2021, compreendendo o Balanço, as Demonstrações de Resultados, Demonstração de Fluxo de caixa e Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, bem como as respetivas Notas Explicativas para o exercício findo naquela data.

IV. Parecer

O Fiscal Único procedeu às verificações que entendeu necessárias, tendo solicitado e obtido esclarecimentos dos (i) Auditores Independentes, (ii) do anterior Fiscal Único e (iii) do Conselho de Administração sobre as contas do NOSI, E.P.E. e relativos à implementação das principais decisões da Administração.

Tendo em conta os exames e análises efetuados, verifiquei que as demonstrações financeiras e as correspondentes notas anexas, exceto as dívidas de entidades públicas e autarquias, que não foram objeto de análise de imparidade, pese embora cerca de mCVE 552 000 apresentarem antiguidade superior a um ano, permitem uma adequada compreensão da situação financeira do NOSI, E.P. E., dos seus Resultados, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa.



Face ao exposto, o parecer é favorável que a Assembleia Geral aprove:

- (i) Relatório de Gestão;
- (ii) Demonstrações Financeiras e respetivas Notas Anexas;
- (iii) Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2021.

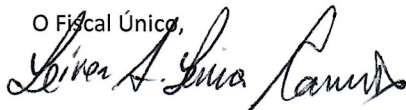
V. Outros

O FU salienta que os relatórios referentes ao fecho do ano, têm um prazo de entrega (31 de maio do ano seguinte a que se referem) para aprovação da superintendência e disponibilização ao Tribunal de Contas sob pena de coimas por não cumprimento do prazo de entrega.

Por último, o Fiscal Único agradece ao Conselho de Administração e aos colaboradores do NOSI E.P.E. pela colaboração prestada no exercício das suas atribuições.

Praia, 23 de agosto de 2022

O Fiscal Único,



Líver Lima Canuto

Membro da OPACC (Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde)

Cédula nº 523

Relatório do Auditor Independente

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial, EPE (a Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias apresentadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial, EPE em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

Bases para a opinião com reservas

- a) Conforme referido na Nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras, a Empresa opera com uma licença da ORACLE adquirida em 2016 por milhares de escudos (mCVE) 168 491, a qual foi amortizada ao longo dos exercícios de 2016 a 2018. Consideramos que a referida licença é perpétua, portanto, com vida útil indefinida, não estando, por isso, sujeita a amortização, pelo que o Ativo intangível e o Capital próprio inicial encontram-se subavaliados em mCVE 168 941. Esta reserva é igualmente aplicável ao exercício anterior.
- b) As dívidas de entidades públicas e autarquias não foram objeto de análise de imparidade, pese embora cerca de mCVE 552 000 (2020: cerca de mCVE 497 000) apresentarem antiguidade superior a um ano (ver Nota 5 do Anexo às demonstrações financeiras). Não existindo acordos de regularização para parte desde montante ou, existindo, não são integralmente cumpridos, consideramos que não se encontram reunidas todas as condições que nos permitam concluir sobre o grau de recuperação destas dívidas, nem sobre o efeito do desfasamento temporal relativo à data prevista para o seu recebimento. Esta reserva é igualmente aplicável ao exercício anterior.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do código de ética do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

Outras matérias

O Relatório do Auditor Independente por nós emitido em 2 de agosto de 2021, referente ao exercício de 2020, referia que:

- (i) A informação disponível associada ao Protocolo de Prestação de Serviços celebrado com o Ministério das Finanças, envolvendo a aquisição de uma licença ORACLE com recurso a financiamento contraído junto da Caixa Económica de Cabo Verde, com amortização de capital e juros assumida por aquele Ministério, não suportava, com razoável nível de segurança, os movimentos contabilísticos efetuados, implicando o reconhecimento de rendimentos de cerca de mCVE 135 000 em anos anteriores e de cerca de mCVE 45 000 em 2020. A renegociação, em 2021, do referido financiamento veio suportar os movimentos contabilísticos, pelo que a reserva incluída no Relatório do Auditor Independente referente ao exercício de 2020 já não é aplicável.
- (ii) Não obtivemos resposta de um advogado ao nosso pedido de confirmação de eventuais litígios e outras situações relevantes, reportados a 31 de dezembro de 2020, pelo que não tivemos condições para identificar e quantificar eventuais contingências ou passivos existentes e não registados nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2020. A resposta obtida em 2021 não revelou qualquer situação que afetasse as demonstrações financeiras do exercício anterior.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades; e

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

18 de julho de 2022

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde
- Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
representada por:



Armando José C. Ferreira Rodrigues, Auditor Certificado